

# Plano de Desenvolvimento Social 2008 - 2011

REDE SOCIAL  
**Cascais**



[www.redesocialcascais.net](http://www.redesocialcascais.net)

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Plano de desenvolvimento Social de Cascais 2008-20011

### EDIÇÃO

Conselho Local de Acção Social (CLAS) de Cascais

### COORDENAÇÃO E TEXTO

Núcleo Executivo do CLAS:

Câmara Municipal de Cascais

. *Isabel Pinto Gonçalves*

Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos

. *Conceição Fernando*

CERCICA

. *Rosa Neto*

D. G. de Reinserção Social – Equipe Lisboa Penal 4

. *Margarida Batista*

Fund. Port. Prevenção, Estudo e Tratamento da Toxicodependência

. *Elisabete Ferreira*

ISS, C.D. Segurança Social de Lisboa – Serviço local de Cascais

. *Ana Cristina Venâncio*

Santa Casa da Misericórdia de Cascais

. *Pedro Galvão Lucas*

Apoio técnico:

CMC / Gabinete da Rede Social e Igualdade de Género

. *Luísa França*

. *Rosário Daugbjerg*

### DATA DE APROVAÇÃO:

16 de Abril 2008

### CONTACTOS:

Secretariado do CLAS:



[redesocial@cm-cascais.pt](mailto:redesocial@cm-cascais.pt)



21 481 5263 / 8

## Abreviaturas utilizadas

<b>ACIDI</b>	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Inter - Cultural
<b>AISA</b>	Associação de Apoio Social Nossa Senhora da Assunção
<b>AISI</b>	Associação de Idosos de santa Iria
<b>AML</b>	Área Metropolitana de Lisboa
<b>ARIA</b>	Associação de Reabilitação e Integração Ajuda
<b>Aut. Saúde</b>	Autoridade de Saúde
<b>C. Saúde</b>	Centro de Saúde
<b>CAAP</b>	Centro de Atendimento e Apoio Psicossocial
<b>CAO</b>	Centro de Actividades Ocupacionais
<b>CCPC</b>	Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos
<b>CLAI</b>	Centro Local de Apoio ao Imigrante
<b>CLAS</b>	Conselho Local de Acção Social
<b>CMC</b>	Câmara Municipal de Cascais
<b>CMC/DEJ</b>	Departamento de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Cascais
<b>CMC/DESS</b>	Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde da Câmara Municipal de Cascais
<b>CMC/DIST</b>	Divisão de Intervenção Sócio – Territorial da Câmara Municipal de Cascais
<b>CMC/GCPL</b>	Gabinete de Coordenação e Planeamento do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Sócio Territorial da Câmara Municipal de Cascais
<b>CMC/GRIG</b>	Gabinete da Rede Social e Igualdade de Género da Câmara Municipal de Cascais
<b>CMC/GTOX</b>	Gabinete da Toxicodependência da Câmara Municipal de Cascais
<b>CPCJ</b>	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cascais
<b>CPD</b>	Comissão para a Pessoa com Deficiência de Cascais
<b>CRID</b>	Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes
<b>CSF</b>	Comissão Social de Freguesia
<b>CVP-NCE</b>	Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo da Costa do Estoril
<b>DGRS</b>	Direcção Geral de Reinserção Social
<b>DS</b>	Diagnóstico Social
<b>FAP</b>	Federação das Associações de Pais de Cascais
<b>FPEPTT</b>	Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência
<b>GADS</b>	Grupo de Apoio e Desafio à Sida
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>HCC</b>	Habitação a Custos Controlados
<b>HSFX</b>	Hospital São Francisco Xavier
<b>IEFP</b>	Instituto do Emprego e Formação Profissional
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IPSS</b>	Instituição Particular de Solidariedade Social
<b>ISS</b>	Instituto de Segurança Social
<b>JI</b>	Jardim de Infância
<b>MTSS</b>	Ministério do Trabalho e Segurança Social
<b>NE</b>	Núcleo Executivo do CLAS
<b>NEE</b>	Necessidades Educativas Especiais
<b>PA</b>	Plano de Acção
<b>PALP</b>	Países Africanos de Língua Portuguesa
<b>PDS</b>	Plano de Desenvolvimento Social
<b>PNAI</b>	Plano Nacional para a Inclusão
<b>PNI</b>	Plano Nacional para a Igualdade
<b>RSI</b>	Rendimento Social de Inserção
<b>SAD</b>	Serviço de Apoio Domiciliário
<b>SCMC</b>	Santa Casa da Misericórdia de Cascais
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SI</b>	Sistema de Informação
<b>UNIVA</b>	Unidade de Inserção na Vida Activa

## **Nota de Abertura**

A Rede Social no concelho de Cascais é, em termos globais, um percurso de sucesso se o analisarmos no quadro referencial da grande complexidade que processos desta natureza envolvem e, essencialmente, quando nos confrontamos com a necessidade de conjugação de esforços de várias entidades em função de um território e de objectivos de intervenção social comuns.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2008-2011, pretende constituir-se como um documento de nível estratégico, consensualizado e aprovado por todos os membros efectivos do CLAS, assumindo-se como um instrumento por excelência ao nível da governação local em matéria de políticas sociais, entendidas estas como o motor decisivo no combate contra a pobreza e a exclusão social.

Sem pretender ignorar ou minimizar as dificuldades inerentes à operacionalização de um processo desta natureza, que assenta na convergência das intervenções, no uso eficiente dos recursos, na selectividade dos investimentos e no estabelecimento claro das prioridades sociais para os próximos 4 anos, confio em absoluto na qualidade das dinâmicas sociais construídas no nosso concelho, enquanto mais-valias capazes de facilitar o cumprimento dos objectivos com que nos comprometemos.

O Presidente do CLAS

*António D'Orey Capucho*

## INDÍCE

	Pág
<b>Introdução</b>	<b>6</b>
<b>I - Cascais, a Rede Social e o novo enquadramento legal</b>	<b>8</b>
<b>II - Dos problemas ao PDS – o diagnóstico</b>	<b>11</b>
1 - Dados sobre o Concelho de Cascais	12
2 - Conclusões da Carta Social do concelho de Cascais	19
3 - Análise SWOT do concelho, na perspectiva social	22
4 - Listagem de Problemas prioritários	29
<b>III – O processo de construção do PDS 2008-2011</b>	<b>31</b>
<b>IV – O PDS 2008-2011 – Objectivos e Metas</b>	<b>33</b>
Eixo 1 – Qualificação das organizações	35
Eixo 2 – Equipamentos sociais	38
Eixo 3 – Promoção da inclusão	40
Eixo 4 – Prevenção	45
<b>V - A monitorização e avaliação</b>	<b>48</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>51</b>
Indicadores de monitorização do PDS	52
Sistema de avaliação da Rede Social de Cascais	57
Listagem de documentos complementares	73
Membros do CLAS de Cascais e do Plenário do CLAS	74

## INTRODUÇÃO

Com o presente PDS avançamos mais uns passos na caminhada complexa que tem sido a procura de formas de trabalho conjunto, com vista a um planeamento integrado e participado do desenvolvimento social do concelho de Cascais e de implementação da Rede Social.

Não existem modelos universais para planear e implementar as mudanças desejáveis numa realidade tão complexa como a realidade social. Face à riqueza, diversidade e multiplicidade de agentes sociais e tipos de intervenção relevantes para o desenvolvimento social, bem como a experiência de trabalho em parceria que há longa data tem pautado a intervenção social em Cascais, o Programa da Rede Social veio legitimar e dar visibilidade ao trabalho já desenvolvido e lançar um desafio ainda mais exigente à inovação.

No processo de construção do primeiro PDS, os objectivos de trabalho centraram-se na interiorização do conceito de Rede Social, no conhecimento mútuo dos agentes sociais, na dinamização do processo participativo ao nível do diagnóstico e na priorização dos objectivos de intervenção.

Da experiência adquirida desde então, conclui-se que o PDS tem que ser operacionalizado e os seus impactos mensuráveis. Constatou-se ainda que realizar um planeamento multisectorial, dos diversos agentes locais, exige um grande esforço dos participantes e algumas mudanças na cultura organizacional. Assim, nesta fase, ainda de “aprendizagem” de planeamento conjunto, optou-se por um PDS mais restrito, com maior potencial para o operacionalização e monitorização. Nesta lógica este PDS revela já uma coerência estratégica que permitirá elaborar os seus Planos de Acção anuais, e efectuar as mudanças que se pretendem, explicitadas em metas a atingir ao longo dos seus 4 anos de vigência.

Este PDS foi construído apostando:

- . na coerência entre o PDS 2008-2011 e as metas inscritas em sede do Plano Nacional para a Inclusão – PNAI;
- .na elaboração de Planos de Acção anuais, na monitorização e avaliação dos resultados;
- .numa lógica de actualização do diagnóstico de realidade social concelhia e da evolução das questões sociais existentes ou emergentes.

O processo foi ainda marcado por uma aproximação ao Método Aberto de Coordenação, em termos locais (entre os agentes sociais locais), em termos regionais (participando na Plataforma Supraconcelhia) e em termos nacionais (na articulação com o PNAI).

O Núcleo Executivo do CLAS

## **I – CASCAIS, A REDE SOCIAL E O NOVO ENQUADRAMENTO LEGAL**

Criado pela Resolução do Conselho de Ministros 197/97 de 18 de Novembro como fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar, é com a publicação do Dec.Lei nº.115/06 de 14 de Junho que o Programa Rede Social se constitui definitivamente como uma nova forma de parceria activa entre entidades públicas e privadas actuando nos mesmos territórios, assente na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objectivos e na concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes sociais locais.

Se o combate à pobreza e à exclusão social é um objectivo comum a muitos outros programas, ao fazê-lo associar a uma perspectiva de promoção do desenvolvimento social de base territorial, o Programa Rede Social estabelece um factor de diferenciação e de inovação enquadrando-se num cenário de 'novas políticas sociais' e representando uma proposta de ruptura com formas tradicionais de intervir.

Demarca-se também das visões mais assistencialistas da intervenção social, defendendo uma análise assente na multidimensionalidade dos problemas sociais, na abordagem integrada e sistémica para o desenvolvimento dos territórios e na definição de princípios estruturais que se mantêm em todo o quadro legal, nomeadamente: Integração, Articulação, Subsidiariedade e Inovação.

Com uma vasta cultura e prática de articulação inter-serviços e de redes locais de parceria, o concelho de Cascais aderiu em 1998, ainda em fase de Projecto Piloto, ao Programa Rede Social encarando-o como um desafio inovador no entendimento da intervenção social enquanto contexto mais abrangente que incorpora nas políticas sociais as vertentes da economia, do urbanismo, da educação, do emprego, da saúde e do ambiente numa perspectiva transversal e global de efectivo combate à pobreza e à exclusão social através de uma nova “forma de fazer” assente no conhecimento das realidades locais .

A Rede Social de Cascais viveu nesta 1ª. etapa uma fase de aprendizagem e flexibilidade , com uma forte aposta na formação de uma consciência comum dos problemas sociais no Concelho, a par da identificação das potencialidades



existentes capazes de aumentar a eficácia e a eficiência na intervenção social em particular e no desenvolvimento sustentável do concelho em geral.

O Dec.Lei nº.115/06 de 14 de Junho veio consolidar os princípios anteriormente enunciados e definir de forma clara os objectivos da Rede Social:

- Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistémico potenciando sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do Plano Nacional de Acção para Inclusão (PNAI) ;
- Integrar os objectivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais a nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e os cidadãos em geral.

O novo quadro legislativo da Rede Social incorpora factores que importa destacar :

- Os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) devem concorrer para os objectivos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) entendido como instrumento estratégico nacional para a promoção da inclusão;
- A constituição de Plataformas Territoriais Supra Concelhias enquanto órgãos da Rede Social capazes de agregar e potenciar os contributos dos vários territórios promovendo o planeamento concertado a nível supra concelhio e articulando os instrumentos de planeamento local com as medidas e programas de nível nacional – o Concelho Local de Acção Social de Cascais integra a Plataforma Territorial Supra Concelhia da Grande Lisboa;
- A promoção da dimensão da igualdade de género e a articulação com o Plano Nacional para a Igualdade (PNI) – o CLAS de Cascais vai integrar

em todos os seus instrumentos de planeamento o princípio do “mainstreaming de género”;

- A definição de uma estrutura orgânica da Rede Social assente numa participação com carácter de maior compromisso que passa pela inscrição obrigatória de cada Entidade com direitos e deveres consignados no D.L.
- O Conselho Local de Acção Social (CLAS) passa a ser constituído por todas as Entidades que aderiram à Rede Social inclusive as que têm assento nas Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e que se fazem representar no Plenário, órgão de decisão do CLAS através de um sistema de representação definido no seu regulamento.

## II – DOS PROBLEMAS AO PDS – O diagnóstico

O PDS não resulta de um diagnóstico único, mas do conhecimento e análise de diversas fontes diagnósticas. Como instrumento privilegiado, utilizaram-se os diagnósticos que serviram de base ao PDS anterior. Foram ainda tidas em conta as recomendações oriundas da Carta Social do concelho de Cascais, terminada em 2007, assim como o estudo sobre a imigração no concelho, terminado em 2006.

Para o PDS anterior, foram utilizados 2 tipos de diagnóstico:

- Um diagnóstico social a partir da recolha e análise de dados estatísticos em diversas áreas (caracterização sócio-demográfica e sócio económica; acção social; educação; emprego; habitação; saúde; associativismo), que teve em conta as especificidades de cada freguesia e se baseou essencialmente nos dados do censo de 2001;
- Um diagnóstico empírico e qualitativo que resultou de diversos workshops de freguesia e workshops temáticos realizados entre 2003 e 2004, nos quais participaram os diversos agentes sociais locais. Nestes espaços de reflexão e discussão, a partir do conhecimento que têm do território, os técnicos identificaram e priorizaram os problemas que identificam no concelho. Os resultados desse trabalho foram organizados pelo Núcleo Executivo, resultando numa listagem de 35 problemas cruzados com 28 determinantes.

Em 2007, o Núcleo Executivo analisou os resultados e a organização do diagnóstico apresentado no PDS de 2004, teve em conta a evolução da realidade e o conhecimento adquirido desde então e reformulou a listagem de problemas prioritários a ter em conta na construção do PDS.

## 1 – DADOS SOBRE O CONCELHO DO CONCELHO DE CASCAIS

(nota: sempre que não for referido o ano, os dados referem-se a 2001)

### Território

Cascais integra a Área Metropolitana de Lisboa e os seus 97 km<sup>2</sup> dividem-se em 6 freguesias.

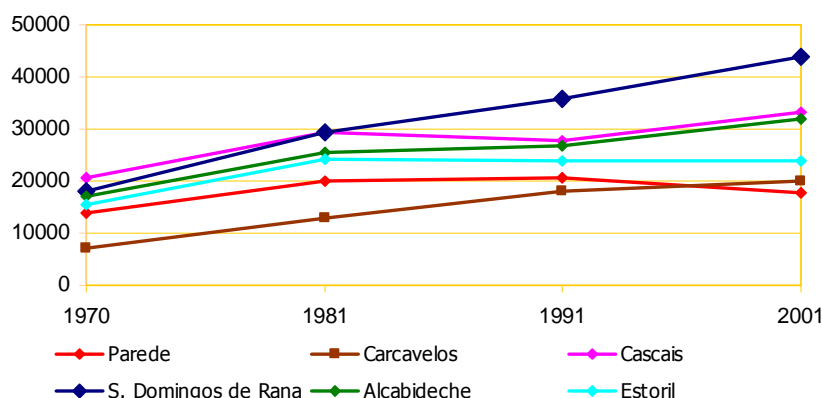
É um concelho marcado pela densificação da malha urbana, traduzida na aproximação das periferias a Lisboa.



Prevê-se um crescimento populacional de 28% até 2011 (CEIA – Carta Educativa).

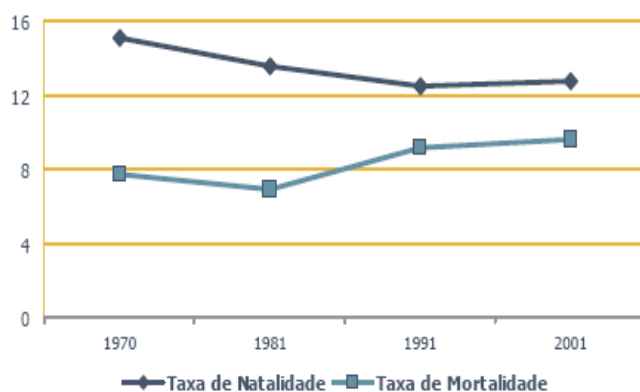
A estimativa para 2006 (INE) é de 185.279 habitantes:

- Homens 88.454 (47,7%)
- Mulheres 96.825 (52,3%)



*Evolução da População por Freguesia de 1970 a 2001*

### Natalidade e mortalidade



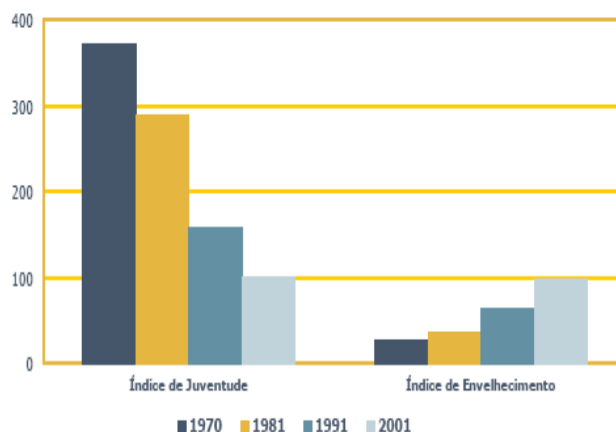
Em 2006, o Concelho de Cascais denotava uma taxa de natalidade de 12,7.0‰ e uma taxa de mortalidade de 9,3‰, o que significa uma baixa taxa de excedentes de

vida. Pode-se daqui deduzir uma certa incapacidade do território na renovação geracional (tendo em conta que a taxa de excedentes de vida resulta da diferença entre os nascimentos e os óbitos).

### Envelhecimento

Observa-se em Cascais um acentuado fenómeno de envelhecimento da população residente, bem como um aumento expressivo de pessoas idosas.

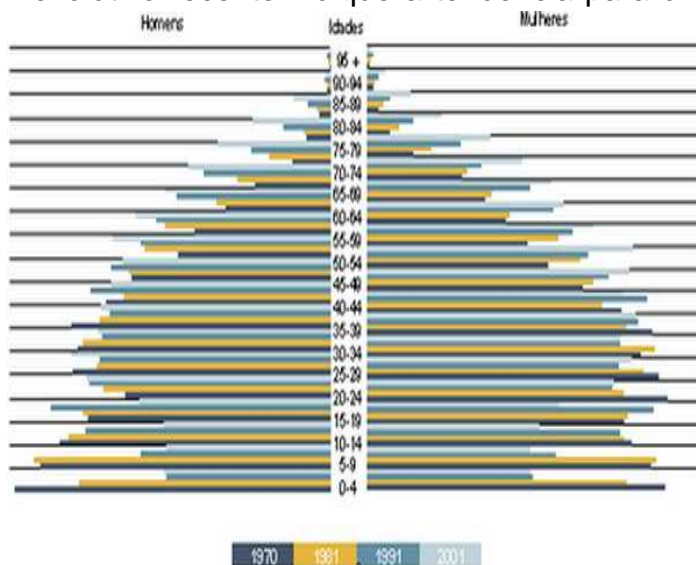
Prevê-se que o número de pessoas idosas aumente, entre 2001 e 2016, de 25.757 para 42.254. Segundo a estimativa do INE, em 2006 o índice de envelhecimento situava-se em 99,2 e o índice de dependência de idosos em 24,4.



*Índice de Juventude e Índice de Envelhecimento*

### Estrutura etária e sexo

No que diz respeito à estrutura etária do concelho, embora o padrão evolutivo recente indique a tendência para um progressivo envelhecimento,



observa-se que Cascais apresenta uma população “adulta”, traduzida numa pirâmide etária de base e topo mais estreitos e escalões etários intermédios proeminentes. Observa-se ainda um claro predomínio das mulheres sobre o número de

residentes do sexo masculino, encontrando-se a exceção nos residentes nos escalões entre os 0 e os 19 anos, com um maior número de meninos/rapazes que meninas/raparigas.

## Famílias

À semelhança dos restantes concelhos da AML, verificou-se em Cascais, na última década, um aumento do nº de famílias e uma tendência para a nuclearização e diversificação das tipologias familiares. No que respeita à tipologia das famílias residentes no Concelho de Cascais, observava-se o predomínio dos casais “de direito” (56.7%), das famílias sem núcleo (22.0%) que reportam na sua generalidade às situações de isolados (12.267 indivíduos sós; 88% dos casos) e das famílias monoparentais (11.7%). Relativamente às famílias com apenas uma pessoa, prevalecem as que constituídas por pessoas do sexo feminino (7.991; 65.1%).

## Deficiência

6% da população residente em Cascais são pessoas com deficiência, sendo que 13% do total de famílias tem indivíduos deficientes entre os seus membros. 1/3 dos deficientes vivem do seu trabalho, e 13%, são suportados economicamente pelas suas famílias.

## Imigração

O fenómeno migratório no concelho assume cada vez maior visibilidade no concelho. Do estudo de 2006 ressalta-se o seguinte:

- Cascais caracteriza-se por ser o concelho do país onde há maior número de estrangeiros qualificados e não qualificados a viverem juntos e onde existe uma maior diversidade de imigrantes residentes;
- Nº crescente de estrangeiros a residir no concelho: 10.276 estrangeiros (6% da população do concelho de Cascais), dos quais:
  - . 3.169 são de nacionalidade dos países de língua portuguesa (30,8%);
  - . 2.776 são de nacionalidade dos países da União Europeia (27,0%);
  - . 2.531 são de nacionalidade brasileira (24,6%);
  - . 718 são de nacionalidade de países de Leste (7%);
- Aparecimento de novas situações que alteraram em grande parte as características da imigração, nomeadamente:
  - . Aumento e diversificação social da população brasileira;

- . Aparecimento de novas origens associadas à chegada de imigrantes dos Países de Leste, muitos deles com níveis de qualificação elevados;
- . Crescente importância das questões relacionadas com a integração dos descendentes de imigrantes dos PALP;

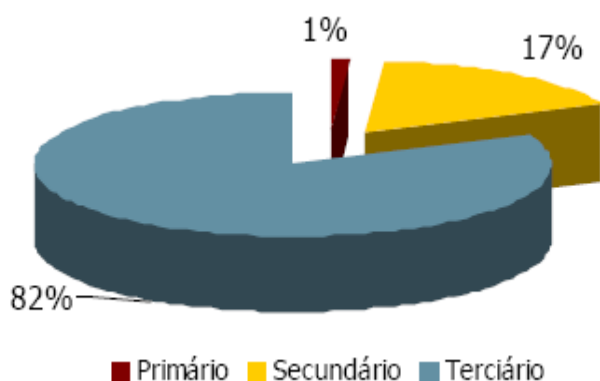
### Habitação

Em 2006 é estimado pelo INE, um total de 95.363 alojamentos familiares clássicos. Em 2007, em regime de habitação social, existem 6.742 alojamentos, tendo estes no concelho um peso relativo de 6,8% no total alojamentos. A habitação social encontra-se distribuída da seguinte forma:

- . habitação municipal para arrendamento - 22.78 alojamentos
- . habitação não municipal para arrendamento - 1.133 alojamentos
- . habitação de venda a custos controlados (HCC e PERfamílias ) - 1.163 alojamentos
- . habitação cooperativa (custos controlados) - 2.163 alojamentos

### Economia

Destaque para o Sector terciário, nomeadamente Comércio e Actividades Imobiliárias, que correspondem a 2/3 do total de sociedades. Cascais



*Total de Empresas Sediadas no Concelho por Sector de Actividade Fonte: INE 2004.*

apresenta fortes traços de atracção turística.

Analisando o indicador *per capita* de poder de compra, verifica-se que Cascais se posiciona em 5º lugar, indicando um nível médio vida bastante elevado.

### Perfil económico e desemprego da população

Dos 144.882 indivíduos residentes com 15 ou mais anos, uma grande fatia é economicamente dependente, quer do Estado (21,2% a usufruir de subsídios ou reformas ), quer da família (16,7% da população residente.).

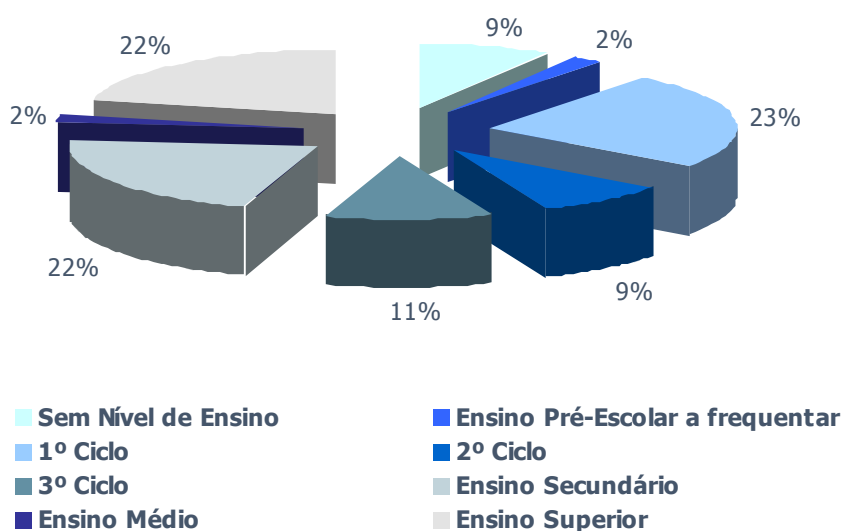
Das pessoas com mais de 15 anos, 37% não tem actividade económica (sobretudo mulheres), destacando-se uma preponderância (51%) de reformados seguindo-se os 11.841 (21,8%) estudantes. Ressalve-se ainda os 12,8% de pessoas domésticas esmagadoramente do sexo feminino.

Dos dados sobre os inscritos no Centro de Emprego, em Janeiro de 2008, realça-se o maior peso de mulheres desempregadas e o grande nº de desempregados de longa duração.

Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
Homens	Mulheres	< 1 Ano	> 1 Ano	1º Emprego	Novo Emprego	
2 687 (46%)	3 147 (54%)	3 571 (61%)	2 263 (39%)	243 (4%)	5 591 (96%)	<b>5 834</b>

IEFP, Janeiro 2008

## Educação



*Nota: Taxa de Analfabetismo – 4,5%*

Em termos gerais, a população revela um nível de instrução elevado, com a população detentora da escolaridade obrigatória a crescer 13.7 p.p. na última década e com a percentagem de indivíduos que possuem o Ensino Superior a duplicar (sobretudo mulheres).

De um estudo realizado no ano 2003/04, destaca-se como preocupante: o nº de retenções e insucesso escolar, o abandono escolar, o nº de alunos com



necessidades educativas específicas face ao reduzido nº de profissionais especializados e os baixos níveis de participação das famílias na vida escolar.

## Saúde

Existem 6 médicos por cada 1.000 habitantes - um valor baixo se tivermos em conta os concelhos de continuidade geográfica.

A presença de pessoal de enfermagem no concelho de Cascais situa-se em 2,6 profissionais por cada 1.000 habitantes, uma média muito abaixo da registada, quer a nível nacional (3,9), quer na região de Lisboa (4,5) ou na Grande Lisboa (5,0).

## Fluxos pendulares

Apesar do acréscimo da capacidade de retenção de população, relacionado com a emergência da sua centralidade, bem como com a criação de novos dinamismos locais, com a criação de pólos de emprego e de estudo, Cascais ainda fornece diariamente para Lisboa, por motivos de trabalho e de estudo, cerca de 1/4 da sua população residente.

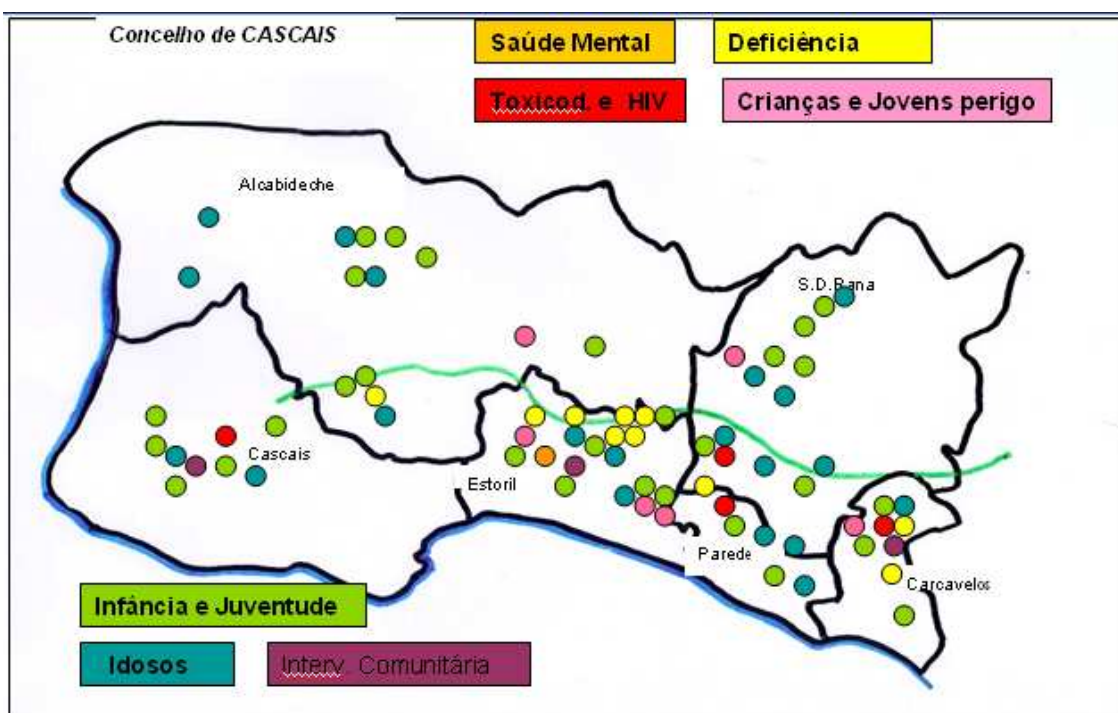
Relativamente à pendularidade da população activa empregada contabilizada, em 2001 verifica-se que, 42.7% se desloca para outros concelhos por motivos de trabalho.

## Equipamentos

Equipamentos		Freguesias						Total Concelho	Equipamentos por cada 1.000 habitantes (com base numa estimativa de 183 573 habitantes para 2006)
		Alcabideche	Carcavelos	Cascais	Estoril	Parede	São Domingos de Rana		
Ambiente	nº espaços verdes	46	80	96	58	33	49	362	1,97
Cultura	nº total de equipamentos culturais	7	1	13	10	0	2	33	0,18
Desenvolvimento Social	nº total de equipamentos sociais	49	33	56	54	41	52	285	1,55
Desporto	nº total de equipamentos desportivos	23	16	39	20	16	25	139	0,76
Educação e Juventude	nº total de equipamentos educativos públicos	19	7	14	10	5	17	72	0,39
Saúde	nº total de equipamentos de saúde públicos	5	3	5	2	4	2	21	0,11
	nº total de farmácias	9	4	9	5	7	9	43	0,23

## Acção Social

Olhando para a oferta institucional, e apesar de algumas fragilidades existentes, Cascais apresenta uma rede de equipamentos e serviços quantitativamente extensa e diversificada, dando resposta a necessidades sociais de homens e mulheres, nomeadamente no âmbito da conciliação vida profissional/familiar (respostas à infância e juventude, pessoas idosas e pessoas com dependência).

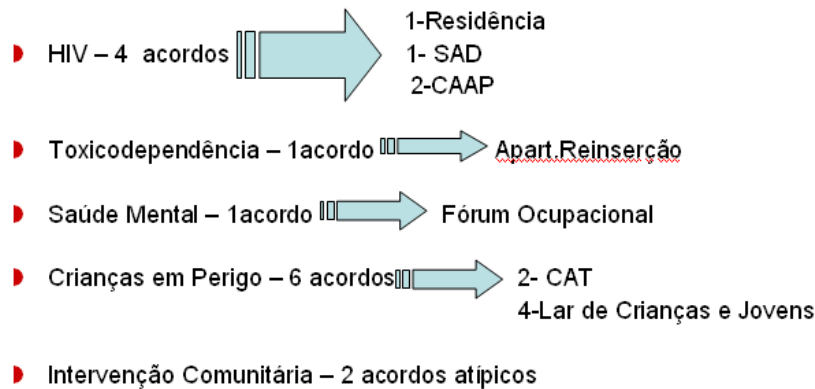


No final de 2007 existiam:

40 IPSS = 60 Equipamentos

132 acordos de cooperação em vigor





Ainda no âmbito das respostas à Infância, é de referir a existência de 17 equipamentos de Educação Pré-escolar na rede pública.

## 2 - CONCLUSÕES DA CARTA SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS (2006) – FRAGILIDADES A SUPRIMIR

A avaliação da oferta face às projecções futuras, permitiu identificar um conjunto de fragilidades, que importa suprimir de modo a potenciar uma oferta mais equitativa e competitiva.

Neste âmbito, na Carta Social releva-se:

- A oferta limitada de Respostas Sociais no Domínio para Idosos. Tratando-se a população com 65 ou mais anos de idade de um público-alvo quantitativamente relevante e prevendo-se, de acordo com as projecções demográficas, o seu contínuo crescimento, a curto e médio prazo, constata-se no entanto, que existem apenas três tipos de Respostas orientadas especificamente para este grupo social, quando na Rede de Equipamentos e Serviços Sociais Nacional se regista um leque consideravelmente mais vasto. As Respostas para idosos existentes em Cascais integram as tipologias mais comuns, registando-se lacunas:
  - Na prestação de apoio nocturno;
  - Na prestação de apoio em situações de emergência no domínio da saúde (ainda que em estreita ligação com o apoio social),

designadamente, unidades de internamento/unidades de convalescença/cuidados intermédios;

- Oferta circunscrita de Respostas Sociais no Domínio Pessoas com Doença Mental. Atendendo a que a população-alvo destas Respostas se apresenta substancialmente vulnerável, por motivos em primeira ordem de saúde, ao que acresce o espectável aumento e complexidade das problemáticas relacionadas com as doenças mentais, a existência de Respostas específicas neste âmbito, à escala concelhia, assume-se improrrogável. Não obstante a existência no concelho de duas Respostas Sociais enquadradas neste domínio, a oferta revela-se deficitária e, de certo modo, desadequada. De modo a suprimir tal fragilidade, importará promover a ampliação da oferta de Respostas Sociais, o que deverá essencialmente consistir na criação das seguintes Respostas:
  - Unidade de Vida Apoiada;
  - Unidade de Vida Protegida;
- A inexistência de oferta de equipamentos e serviços orientados para pessoas sem-abrigo ou com domicílio instável. Este grupo socialmente marginalizado, por questões, em primeira ordem de índole habitacional, assume múltiplas expressões, nomeadamente, pessoas sem-abrigo, pessoas com domicílio instável, repatriados, ex-reclusos, requerentes de asilo político, imigrantes ilegais, desalojados, entre outros acidentes imprevistos que colocam os indivíduos numa situação de sem-abrigo. Constituindo um público-alvo bastante extenso, a existência de Respostas específicas assume indelével importância designadamente:
  - O atendimento em situação de emergência;
  - Os centros de apoio social;
  - As equipas de rua.
- A inexistência de Respostas destinadas a acolher temporariamente grupos sociais em situação de grande vulnerabilidade ou de risco social. Esta fragilidade relaciona-se com a anterior, no entanto tem um carácter transversal a vários tipos morfológicos. Referimo-nos assim à ausência de Respostas, frequentemente, designadas de “Casas de Abrigo”, no Domínio Família e Comunidade, orientadas para as vítimas de violência doméstica ou

designadas de “Centro de Acolhimento Temporário de Emergência” no Domínio para Idosos ou de “Unidade de Emergência” no Domínio Infância e Juventude. Todavia, este tipo de Respostas confronta-se, usualmente, com o problema de permanência prolongada dos utentes face à inexistência de alternativas habitacionais ou à pouca agilização das respostas judiciais, o que a desvia do seu objectivo e coloca dificuldades de gestão;

- A ausência de Resposta no Domínio para a Infância e Juventude que desempenhe um papel de charneira entre a família, a criança e os serviços, quando esta se encontra em situação de risco social ou risco de saúde. Referimo-nos especificamente à Valência “Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental”, que visa o reforço das competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar da criança/jovem em risco social ou em risco associado a problemáticas de saúde/doença, através de uma abordagem integrada e, de uma função de mediação entre a família e os serviços envolvidos. Não obstante a multiplicidade de Respostas Sociais existentes em Cascais orientadas para as crianças e jovens e até mesmo para aqueles que se encontram em situação de risco, não existe nenhuma Valência que efectue este tipo de intervenção, que tem a virtude de fomentar a diminuição do número de crianças sinalizadas e encaminhadas para equipamentos de acolhimento fora do seu contexto familiar;
- A insuficiente oferta para os grupos sociais marginalizados por problemas de saúde. Apesar dos ganhos em saúde registados nas últimas décadas, têm-se acentuado e ramificado as formas de exclusão e de pobreza associadas à saúde. Por conseguinte, e tal como estabelece o Plano Nacional de Saúde 2004/2010, no sentido de dar prioridade aos mais pobres, importa melhorar o acesso aos serviços de saúde por parte das populações desfavorecidas, o que se concretiza com a criação de mais e diversificadas Respostas Sociais, sendo disso exemplo o “Apoio em Regime de Ambulatório para Pessoas com Deficiência”, no âmbito da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência;
- A necessidade de melhorar a territorialidade da rede de equipamentos e serviços sociais, nomeadamente:
  - das respostas de apoio aos idosos

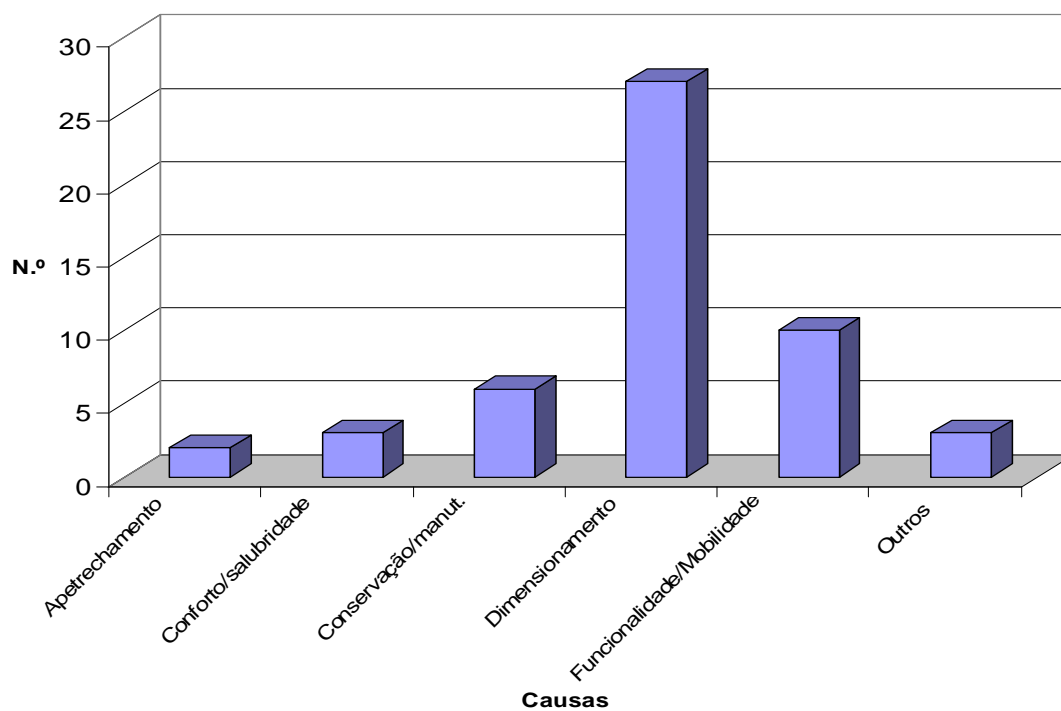
- das respostas de apoio à infância e juventude
  
- A necessidade de qualificar as capacidades e competências da rede de equipamentos e serviços sociais, nomeadamente:
  - Substituir ou ampliar os equipamentos sem condições operacionais - na ampliação ou substituição de Equipamentos que não apresentam condições operacionais para o exercício das funções que lhe foram atribuídas. Conforme verificado na fase de diagnóstico, as razões de inoperacionalidade são variadas e englobam duas tipologias distintas: limitações físicas das instalações (dimensionamento, degradação, coabitação de Respostas Sociais, muitas vezes de domínios de actuação distintos) e limitações materiais, em parte relacionadas com questões financeiras associadas às entidades gestoras;
  - Reabilitar os equipamentos com problemas de conservação - muitos dos equipamentos funcionam em instalações antigas e que denotam necessidades prementes de benfeitorias e de cuidados de manutenção;
  - Qualificar as condições de operacionalidade dos equipamentos - melhorar o estado de conforto, higiene e salubridade das construções, assim como da sua autonomia energética, qualidade ambiental, condições de segurança e acessibilidade através da concretização de intervenções no domínio da comodidade, bem-estar e funcionalidades dos mesmos e ainda num conjunto de condições externas com impacte directo, designadamente, ao nível da segurança e das acessibilidades aos mesmos.
  - Qualificar e valorizar os recursos humanos e as instituições - promoção da qualificação dos recursos humanos afectos aos diferentes equipamentos da rede de acção social e da afectação de recursos aos equipamentos deficitários, reforçando assim as capacidades e competências dos mesmos.

### Needs of equipment forecasted until 2016

		Increase of Offer	
		Places (Nº)	Equipment (Nº)
Nursery	Alcabideche	280	8
	Carcavelos	105	3
	Cascais	280	8
	Estoril	70	2
	Parede	70	2
	S. D. de Rana	420	12
	<b>Municipality</b>	<b>1.225</b>	<b>35</b>
Elderly Home	Alcabideche	240	6
	Carcavelos	240	6
	Cascais	280	7
	Estoril	200	5
	Parede	120	3
	S. D. de Rana	360	9
	<b>Municipality</b>	<b>1.440</b>	<b>36</b>
Day Center	Alcabideche	350	7
	Carcavelos	300	6
	Cascais	400	8
	Estoril	150	3
	Parede	200	4
	S. D. de Rana	400	8
	<b>Municipality</b>	<b>1.800</b>	<b>36</b>

Source: CEDRU, 2008

### Equipment with Operational Problems (nº)



2005

### 3 - ANÁLISE SWOT DO CONCELHO, NA PERSPECTIVA SOCIAL

Considerando o diagnóstico acima apresentado, e tendo em conta o conhecimento existente sobre o território, procedeu-se a uma análise SWOT do concelho, numa perspectiva social, destacando-se as oportunidades e ameaças externas à intervenção social local e as forças e fraquezas endógenas.

Em cada um dos níveis de análise, procurou-se olhar para os factores relacionados com o território e população e para as questões organizacionais.

#### Oportunidades e Ameaças - Factores Exógenos

Ao nível do território e da população	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Potencial geo-estratégico do território em termos de turismo e espaço residencial de grupos de elevado nível sócio-económico	Elevado custo da habitação
Multiplicação das actividades de serviços que à escala mundial se deslocalizam para regiões que combinam características naturais, ambientais, culturais e de disponibilidade de recursos humanos qualificados, que as tornam especialmente atractivas	Potenciais impactes negativos do reduzido nº de empresas do sector secundário industrial, que mais facilmente absorve mão-de-obra em faixas etárias e com níveis de escolaridade pouco interessantes no sector terciário
	Segmentação do mercado de trabalho, polarizado por situações muito contrastadas em termos de segurança, remuneração e qualificações
	Crise económica geradora de instabilidade nos vários grupos sociais, com consequências ao nível da exclusão social e problemas do foro psicológico, em especial depressões
Interesse no concelho como espaço de acolhimento e fornecedor de serviços em actividades de apoio à terceira idade de médios e altos rendimentos	A elevação da taxa de cobertura de equipamentos sociais, provocada pelos equipamentos destinados a grupos com maiores rendimentos, pode diminuir o investimento do Estado em equipamentos para outros grupos
Consolidação da universalidade do ensino de nove anos e progressiva extensão dos 12 anos	



Forte dinamização do ensino profissionalizante, com dupla certificação	Oferta de formação profissional e superior com desfasamentos face à procura de competências por parte das empresas
Existência de estratégias de formação e qualificação de adultos pouco escolarizados, numa óptica de ciclo de vida e melhoria contínua dos níveis de habilitações/qualificações, integrando o reconhecimento, validação e certificação de competências não formais	Fraca propensão das empresas a investir em formação
	Fraca responsabilidade social das empresas
	Baixa capacidade interventiva dos recém licenciados A formação realizada nas Universidades gera
Dinamização da migração com repercussões positivas na estrutura demográfica, na sustentação do sistema de segurança social e na riqueza do diálogo intercultural	Movimentos migratórios de populações provenientes de bolsas de pobreza da Europa de Leste, África e América do Sul, que poderão provocar efeitos no nível de coesão social e novos problemas de integração
Imigração de populações com características que podem contribuir para o desenvolvimento e maior produtividade de algumas actividades	Contexto estrutural de baixos salários que pode ser prolongado com o surto migratório de populações provenientes de economias de mais baixo rendimento <i>per capita</i>

<b>Ao nível organizacional</b>	
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Evolução positiva do processo de modernização do Estado e das instituições públicas e de reformas estruturais em sectores determinantes para a coesão social.	Forte sectorialização, hierarquização e rigidez organizacional da Administração Pública, dificultando a execução das reformas em áreas cruciais da actuação do Estado
Forte aposta na dotação de equipamentos e infra-estruturas de natureza social, com influência nos padrões de coesão social	
Início de um novo quadro comunitário, constituindo o QREN um instrumento privilegiado de incentivo a novos projectos de desenvolvimento local	

## Forças e Fraquezas - Factores Endógenos

Ao nível do território e da população	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Desenvolvimento de políticas orientadas para o empreendedorismo, com eventuais consequências na melhoria dos factores gerais de atractividade da economia do concelho e emergência de novos pólos de dinâmica económica, com o conseqüente aumento do nº de postos de trabalho	Persistência de dificuldades na territorialização das políticas públicas na área do desenvolvimento socioeconómico, causando a polarização litoral-interior, reflectindo-se na cobertura de bens e serviços e nos padrões específicos dos problemas de exclusão
Crescente empreendedorismo feminino, ligado ao maior nível de habilitação das mulheres e à aposta na conciliação entre vida profissional e vida familiar, nomeadamente ao nível de actividades de apoio à família	Diminuição de formas de organização social com níveis de solidariedade social e familiar susceptíveis de assegurar protecção natural a situações de exclusão continuada ou episódica
Níveis de equipamento e infra-estruturas que asseguram as condições mínimas de evolução para um novo patamar de qualidade de vida.	Grandes deficiências ao nível das barreiras arquitectónicas para pessoas com mobilidade reduzida
	Fraca adequação das condições oferecidas pelo sistema de transportes face às necessidades e possibilidades dos munícipes, nomeadamente quanto a horários, circuitos e preços
Conflitualidade social controlada, mediante nomeadamente a intervenção próxima e melhoria das condições de integração de determinadas comunidades, nomeadamente comunidades étnicas ou as residentes em zonas de maior pobreza e exclusão social	Existência de riscos de exclusão social entre: desempregados de longa duração com fraca qualificação; jovens desqualificados, precocemente saídos do sistema educativo; existência de casos de desincentivo à participação no mercado de trabalho de grupos populacionais que só podem aspirar a salários baixos
	Elevado nº de desempregados, em especial desempregados de longa duração
Alargamento da educação pré-escolar a todas as crianças com idade adequada	
Sensibilidade da autarquia para apoiar financeiramente, em complemento aos apoios do estado central, projectos que respondam a necessidades existentes,	Existência de propostas de construção e apoio a novos equipamentos ou serviços, não enquadrados nas prioridades locais

com conteúdo de inovação e qualificação dos serviços, nomeadamente na criação e renovação dos equipamentos e no desenvolvimento do capital humano	
Nível médio de escolaridade da população elevado	Níveis ainda elevados de abandono escolar precoce e baixas taxas de aproveitamento
Boa cobertura de equipamentos escolares, permitindo na generalidade uma adequada elaboração dos horários dos alunos	Fraca presença no concelho de instituições de ensino superior, como alavanca de crescimento económico
	Fraco desenvolvimento ao nível da oferta de percursos formativos profissionalizantes de qualidade e com melhor grau de empregabilidade
	Sistema de formação profissional dominado pela oferta, sem conhecimento das necessidades do tecido económico local
	Insuficiência de formação dirigidas para competências com procura no mercado de trabalho e susceptíveis de requalificar jovens e adultos com níveis pouco elevados de qualificação
	Incidência de tóxico-dependência e consumo de álcool, nomeadamente de jovens, numa dimensão preocupante
Consciência crescente do impacto das questões do género na coesão social e esforços no sentido de promover a igualdade entre homens e mulheres	Sobrecarga de tarefas que recaem sobre as mulheres, dificultando a conciliação da vida familiar, profissional e pessoal
	Formas de exclusão social ligadas à violência de género, designadamente vítimas de violência doméstica
	Reduzida participação social e cívica da população, em especial na organização de estruturas representativas dos seus interesses
Crescente investimento ao nível de equipamento TIC (tecnologias de informação e comunicação) e conectividade à Internet, designadamente nas organizações, nos estabelecimentos escolares, nas bibliotecas e outros espaços para os munícipes em geral.	

<b>Ao nível organizacional</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Historial do concelho no trabalho em parcerias locais diversas e consequente conhecimento mútuo das organizações	Insuficiente valorização das experiências bem sucedidas, das boas práticas e das potencialidades da disseminação de intervenções levadas a cabo por actores mais criativos e inovadores
Progressiva consciência do valor e da necessidade de modernização e reformulação de modelos de planeamento e intervenção realizadas nos diversos sectores e a articulação em rede das parcerias existentes	Défice de instrumentos que assegurem, de forma efectiva e continuada, a coerência e a articulação entre os vários níveis de intervenção local do Estado e da sociedade civil
Maior visibilidade dos impactos gerados pelos processos de qualificação e de articulação interinstitucional	Quadro de ineficiências organizativas, resultantes da insuficiente organização em rede das actividades
Crescente capacidade técnica de gestão e acompanhamento de projectos em regime de parcerias público-privadas	Grande dependência do orçamento e apoios do Estado
	Deficit de competências de alguns recursos humanos afectos às organizações relativamente às competências necessárias para responder, de forma rápida e efectiva, aos desafios que as transformações em curso requererem
Progressão significativa em termos de familiarização com a utilização das TIC (tecnologias de informação e de comunicação); forte propensão à utilização em variados campos de aplicação	Debilidade das estratégias susceptíveis de acelerar os impactes da utilização acrescida das TIC (tecnologias de informação e comunicação) na produtividade do trabalho individual e na produtividade do trabalho em rede
	Deficit na partilha de informação entre os agentes locais e na divulgação de recursos e iniciativas existentes
Aumento do nº de diagnósticos do concelho que têm vindo a ser realizados (diagnóstico Social, da imigração, Carta Social, Carta da Educação, ...)	Pouco dinamismo nas parcerias entre estabelecimentos de ensino superior e as organizações sociais, reduzindo o potencial de implementação, disseminação e aproveitamento dos resultados conseguidos em meio científico, nomeadamente de diagnósticos por estes realizados

#### 4 - LISTAGEM DE PROBLEMAS PRIORITÁRIOS

Reflectindo sobre a situação actual e tendo em conta a informação existente e os problemas e suas determinantes enunciados no anterior PDS, reconsiderou-se a listagem de problemas prioritários que deveriam ser tidos em conta neste PDS.

Apresenta-se o resultado dessa reflexão na seguinte listagem uma forma clara e simples:

• Reprodução das condições de pobreza das famílias carenciadas a nível económico
• Cobertura deficitária das respostas sociais para pessoas sem autonomia (infância, idosos, pessoas com deficiência)
• Aumento crescente da dependência e do isolamento dos idosos
• Necessidade qualificar estruturas de acolhimento de crianças, idosos e pessoas com deficiência
• Carência de respostas para situações de violência doméstica, em especial para mulheres vítimas
• Rede de oferta oficial e solidária do pré-escolar insuficiente
• Enfraquecimento das redes de inter-ajuda
• Falta de estruturas / meios / recursos para acolher o trabalho voluntário
• Elevado nº de jovens que abandonam a escola antes de terminar a escolaridade obrigatória
• Insucesso escolar significativo
• Poucas alternativas ao percurso escolar formal
• Oferta formativa desajustada do mercado de trabalho
• Longa duração dos percursos de inserção devido a factores comportamentais, fracas competências/ habilitações ou idade
• Desemprego devido à escassez de postos de trabalho e ao desajuste entre o capital humano disponível e as necessidades do mercado de trabalho
• Fraca responsabilidade social das empresas
• Predominância das infecções transmitidas sexualmente, em especial SIDA, Hepatite B e C
• Elevado consumo de drogas e álcool
• Aumento de casos do foro psicológico/ psiquiátrico, em especial situações de depressão

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade na utilização de transportes públicos devido à fraca adequação dos circuitos, horários e custos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo elevado da habitação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de barreiras arquitectónicas nos espaços e edifícios públicos, criando dificuldades a pessoas com mobilidade reduzida</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços públicos inseguros, inclusive espaços envolventes às escolas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zonas com o parque habitacional (público e privado) degradado</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de articulação inter-institucional</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiente partilha de informação entre os agentes locais (inter e intra instituições)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desadequação de alguns modelos organizacionais e metodologias de intervenção</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Défice ou desadequação dos instrumentos de planeamento</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desactualização ou não apropriação dos diagnósticos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não integração da dimensão da igualdade de género no planeamento</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraca divulgação, informação e comunicação de recursos e iniciativas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Défice de actualização e qualificação dos recursos humanos das organizações sociais e educativas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraco conhecimento dos interesses e motivação da população</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzida participação da população nas estruturas promotoras de actividades e nas actividades por elas desenvolvidas</li> </ul>

Como problemática emergente, surgem ainda:

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de conhecer melhor a situação e dimensão do problema dos sem-abrigo</li> </ul>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### III - O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PDS 2008-2011

O CLAS de Cascais elaborou e aprovou a 28 de Outubro de 2004 o seu 1º Plano de Desenvolvimento Social (PDS) para o período de 2004 a 2007.

Este foi precedido de um longo processo de diagnóstico bastante alargado do qual resultou um plano de orientação estratégica apelando sobretudo para a importância de orientar a intervenção social desenvolvida no Concelho em objectivos prioritários e a necessidade de planear e avaliar os impactos na realidade social.

Numa perspectiva avaliativa deste processo de construção do PDS identificam-se como mais valias, a abordagem multisectorial dos problemas, o diagnóstico partilhado e a definição das prioridades de intervenção.

Como dificuldades, foram identificadas a pouca operacionalidade do plano, a presença de expectativas díspares face a este instrumento, a existência de acções isoladas, bem como, a formação de grupos de trabalho dispersos.

Importava pois na elaboração do novo PDS ter em conta um plano mais operacional com a definição de metas concretas, focar melhor as prioridades priorizando menos objectivos e identificar de forma mais clara a responsabilidade da execução.

Tendo presente estas orientações, deu-se início ao seguinte processo metodológico, tendo como ponto de partida o PDS anterior:

#### Fase I

- Reorganização do diagnóstico - listagem de todos os problemas identificados no PDS (como problema ou determinante); exclusão dos problemas vagos/indefinidos ou fora da intervenção local; e distribuição dos problemas por eixos;
- Redefinição dos eixos - com base na organização do PDS anterior, acrescentaram-se *eixos transversais* relacionados com preocupações e/ou princípios a estarem presentes em todas as acções do Plano (planeamento e cultura Organizacional; informação e comunicação; igualdade de género; e cidadania) e mantendo os *eixos temáticos* ou de intervenção na realidade

social (educação e formação ao longo da vida; urbanismo e ambiente; vulnerabilidades das famílias; atitudes e comportamentos).

- Reorganização dos objectivos - identificação dos objectivos do PDS comuns ao PNAI e junção dos objectivos do PNAI não constantes no PDS mas que correspondem a problemas identificados; reorganização dos objectivos gerais e específicos nos eixos; triagem dos objectivos – de acordo com critérios definidos

## **Fase II**

- Em reunião plenária do CLAS em 13 de Novembro – aprovação da proposta metodológica apresentada pelo Núcleo Executivo para a elaboração do PDS.
- Em grupos de trabalho no plenário – redefinição dos objectivos específicos e identificação das acções constar do Plano de Acção.
- Aprofundamento posterior do trabalho do Plenário dando lugar à realização de várias reuniões por áreas temáticas.

## **Fase III**

- Organização e análise por parte do Secretariado Técnico e Núcleo Executivo dos contributos recolhidos
- Reorganização do PDS 2008-2011 em reunião do Núcleo Executivo de 13 de Fevereiro, face à dificuldade em dar coerência aos resultados obtidos até ao momento. Ao reflectir sobre o significado e o papel do PDS no contexto da intervenção em curso no Concelho, procurou-se mudar a perspectiva das áreas temáticas para nos centrarmos nos diversos alvos de intervenção, numa lógica multi-sectorial e multidimensional tendo presente a visão global e transversal do desenvolvimento social assente em 4 Eixos estratégicos.

## **Fase IV**

- Envio da proposta a todos os membros do CLAS para análise e envio de contributos
- Apresentação e discussão da proposta no Plenário do CLAS e sua aprovação



## IV - O PDS 2008 - 2011

O novo PDS que de seguida se apresenta, pretende instituir-se como um instrumento de base concelhia e de nível estratégico, capaz de orientar e priorizar objectivos e permitir a sua operacionalização através de Planos de Acção do CLAS e das CSF, numa lógica de planeamento e avaliação conjunta.

A sua organização foi assente em 4 pilares estratégicos:

- . as organizações,
- . as infra-estruturas,
- . a intervenção social
- . a prevenção

Fazendo corresponder cada um destes pilares a um eixo estratégico do PDS, são definidas as seguintes finalidades, objectivos e metas:

### EIXO 1 – Qualificação das organizações

Qualificar as respostas organizacionais, através do aumento de competências para a implementação de uma cultura de planeamento integrado e da incorporação de princípios transversais de toda a intervenção, tais como a articulação, facilitação do acesso à informação, integração da dimensão de género e o *empowerment*.

### EIXO 2 – Equipamentos sociais

Ampliar da rede de equipamentos sociais e qualificação dos equipamentos existentes

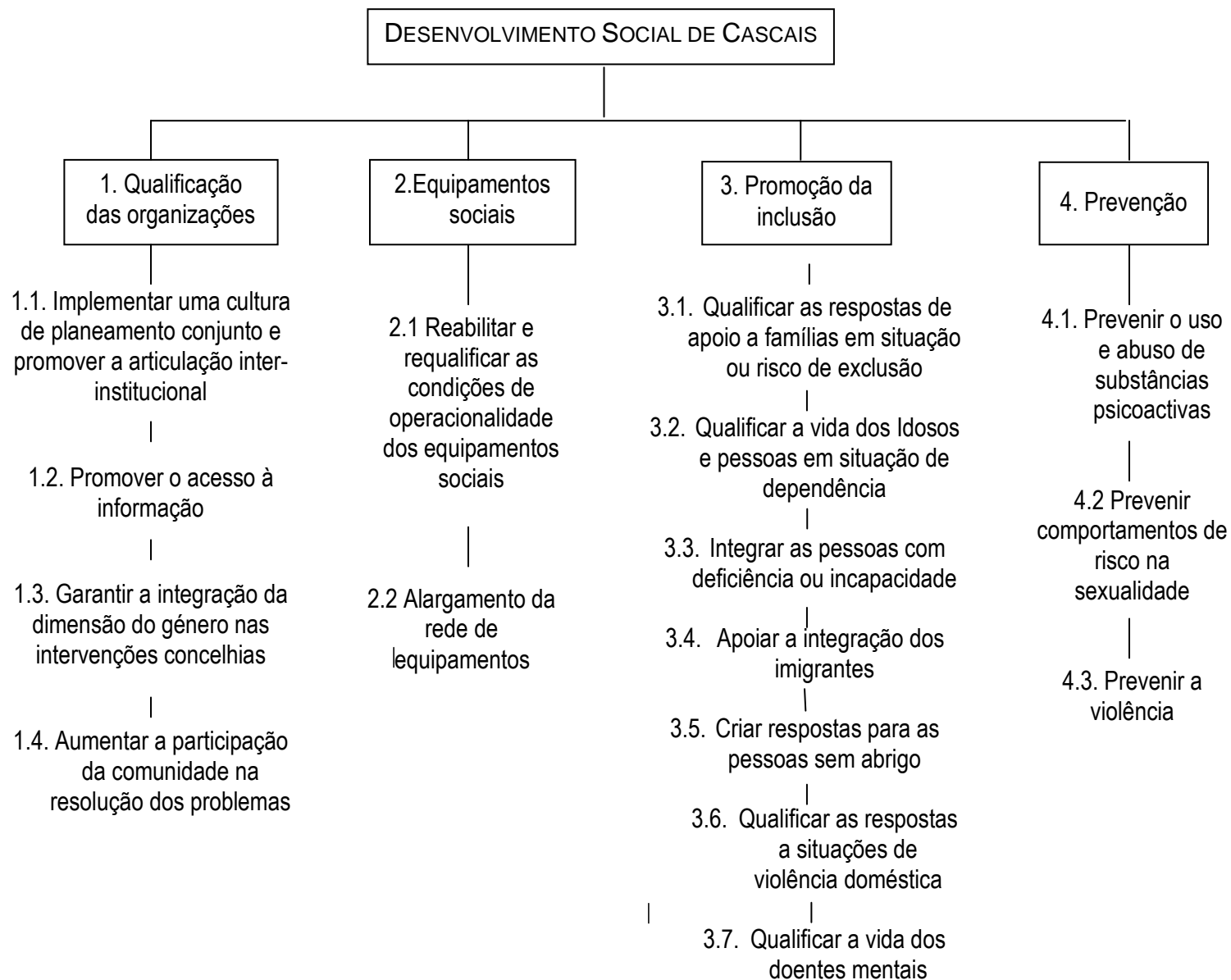
### EIXO 3 – Promoção da inclusão

Promover a inclusão social de grupos em situação (ou risco) de exclusão social, através da criação, alargamento ou melhoramento de serviços e intervenções específicas e da qualificação dos agentes sociais para a actuação junto desses grupos

### EIXO 4 – Prevenção

Promover o desenvolvimento psicossocial das pessoas, prevenindo comportamentos de risco

## EIXOS E OBJECTIVOS GERAIS



## OBJECTIVOS E METAS POR EIXO

### EIXO 1 – QUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

#### Objectivo Geral 1.1

**IMPLEMENTAR UMA CULTURA DE PLANEAMENTO CONJUNTO E PROMOVER A ARTICULAÇÃO INTER-INSTITUCIONAL**

#### Objectivos específicos

1.1.1. – Utilizar instrumentos de planeamento e avaliação comuns nos projectos e acções integrados nos Planos de Acção da Rede Social

##### Meta

Todos os membros envolvidos em projectos /acções utilizam os instrumentos de planeamento/avaliação comuns até final de 2009

1.1.2. – Desenvolver o processo de acompanhamento e avaliação do PDS e Planos de Acção de forma participada

##### Meta

O Sistema de Monitorização e Avaliação é alimentado pelos membros da Rede Social de acordo com os circuitos nele definidos a partir do final de 2008

1.1.3. - Promover a formação de dirigentes das organizações em gestão e cultura organizacional

##### Meta

1/3 das entidades membros participam na formação organizada no âmbito da Rede Social, com pelo menos 1 dirigente

1.1.4. - Desenvolver protocolos e procedimentos comuns que visem a articulação, qualificação e eficácia dos atendimentos e respostas sociais

##### Meta

Todas as entidades membros que fazem atendimentos, utilizam correctamente os procedimentos do Atendimento Integrado

## **Objectivo Geral 1.2**

### **PROMOVER O ACESSO À INFORMAÇÃO**

#### **Objectivos específicos**

**1.2.1.** – Promover a partilha de informação entre os agentes locais

##### **Metas**

O site é utilizado a partir do 1º trimestre 2008 como instrumento privilegiado de partilha e acesso à informação relevante;

Nas reuniões dos órgãos da Rede Social é partilhada e disseminada informação relevante

**1.2.2.** – Promover o acesso do cidadão à informação

##### **Metas**

Aumentar em 20 % o nº de consultas aos sites mencionados;

Até ao final de 2008, a divulgação dos postos de acesso à Internet e dos sites no PA é realizada por todas as entidades da Rede Social que atendem potenciais utilizadores

## **Objectivo Geral 1.3**

### **GARANTIR A INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO DO GÉNERO NAS INTERVENÇÕES CONCELHIAS**

#### **Objectivos específicos**

**1.3.1.** – Produzir conhecimento sobre a dimensão de género na realidade concelhia

##### **Meta**

Elaborar um diagnóstico local de género até final de 2008;

Elaborar estudos aprofundados sobre o impacto no género em 2 áreas de intervenção

**1.3.2.** – Elaborar um Plano Municipal e mobilizar recursos para a sua implementação (parceiros)

**Meta**

Apresentação de um Plano Municipal para a Igualdade de Género até Abril 2009, em cuja elaboração e implementação serão envolvidas 10 entidades de áreas diversas

**1.3.3.** - Integrar a dimensão de género nos instrumentos de planeamento e avaliação dos projectos e acções integrados nos Planos de Acção da Rede Social

**Meta**

Todos os projectos/ acções do Plano de Acção reflectem a dimensão de género

**1.3.4.** - Aprofundar e qualificar projectos do PA na perspectiva da Igualdade de Género

**Meta**

Realizar 2 estudos de caso e introduzir nesses projectos as adaptações necessárias para a Igualdade de Género

**1.3.5** - Capacitar os agentes sociais para a integração da dimensão de género nos projectos e acções da Rede Social

**Meta**

Formar 24 técnicos(as) na temática da Igualdade de Género e sobre estratégias de integração desta dimensão no Desenvolvimento Social

**Objectivo Geral 1.4**

**AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS**

**Objectivos específicos**

**1.4.1.** – Promover a participação dos interessados, nos projectos e acções do PDS e PA

**Meta**

Promover a participação directa dos interessados em 30% dos projectos/ Acções desenvolvidos

## **EIXO 2 – EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

### **Objectivo Geral 2.1**

#### **REABILITAR E REQUALIFICAR AS CONDIÇÕES DE OPERACIONALIDADE DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

##### **Objectivos específicos**

**2.1.1** – Ampliar e substituir os equipamentos desadequados

**Meta**

Substituir ou ampliar 10% dos equipamentos sinalizados na Carta Social como tendo esta necessidade

**2.1.2.** – Requalificação dos equipamentos nas dimensões:

reparação/conservação, condições de conforto, segurança, qualidade ambiental, acessibilidade/mobilidade

**Meta**

Requalificar 30% dos equipamentos sinalizados na Carta Social como tendo necessidade de obras de conservação ou qualificar as condições de funcionamento

## **Objectivo Geral 2.2**

### **ALARGAR A REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

#### **Objectivos específicos**

**2.2.1.** – Ampliar a rede de equipamentos de apoio a pessoas idosas e dependentes

##### **Metas**

Criar 3 novos lares e aumentar em 120 o nº de vagas de lar para idosos;

Criar 3 novos centros de dia/Academias/Espaços Sénior e aumentar em 150 o nº de vagas para idosos

**2.2.2.** – Ampliar a rede de equipamentos de apoio a crianças e jovens

##### **Metas**

Criar 5 novas creches e aumentar em 300 o nº de vagas para crianças;

Criar 25 salas de Jardim de Infância com capacidade total para 625 crianças

**2.2.3.** - Ampliar a rede de equipamentos de apoio a pessoas com deficiência, doença mental ou HIV

##### **Meta**

Criar 4 unidades residenciais (UVA / UVP) criando 16 vagas para pessoas com deficiência ou doentes

Criar 50 novas vagas em respostas ocupacionais para pessoas com deficiência ou doentes

## **EIXO 3 – PROMOÇÃO DA INCLUSÃO**

### **Objectivo Geral 3.1**

### **QUALIFICAR AS RESPOSTAS DE APOIO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO OU RISCO DE EXCLUSÃO**

#### **Objectivos específicos**

**3.1.1.** - Promover a autonomia das famílias abrangidas pela medida do RSI

##### **Meta**

Garantir que 90% dos beneficiários do RSI estabeleçam acordos de inserção

**3.1.2.** Garantir que os apoios pontuais são distribuídos a famílias que deles necessitam, e têm em vista a sua autonomia

##### **Meta**

Todas as famílias que recebem, por parte das organizações, alimentos e/ou outros géneros e/ou apoios financeiros pontuais, são apoiadas segundo critérios comuns e no sentido da sua autonomia.

**3.1.3.** - Conhecer e facilitar o acesso ao mercado de emprego

##### **Meta**

Todas as pessoas têm acesso aos recursos disponibilizados pela rede local de apoio na procura de emprego cujos postos trabalham com metodologias e informação comum

**3.1.4.** - Promover o acesso à habitação

##### **Metas**

Disponibilizar 98 fogos de HCC (para compra);

Abranger 55 agregados pelo PROHABITA (arrendamento);

Terminar o PER atribuindo 261 fogos (arrendamento);

Garantir a elaboração participada de um Plano Municipal de Habitação



### **3.1.5. - Promover apoios a famílias com crianças e jovens em risco**

#### **Metas**

Abranger através do Programa de Intervenção com Famílias de Crianças e Jovens 20% das famílias que tenham assinado acordo de promoção com a CPCJ de Cascais, com crianças até aos 12 anos de idade, o qual se encontre activo e em vigor;

Assegurar o cumprimento da escolaridade a alunos até aos 15 anos

## **Objectivo Geral 3.2**

### **QUALIFICAR A VIDA DOS IDOSOS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA**

#### **Objectivos específicos**

##### **3.2.1. – Apoiar os idosos e pessoas em situação de dependência nas tarefas diárias e satisfação de necessidades básicas**

#### **Metas**

Aumentar em 20% o nº de pessoas abrangidas pelo SAD;

Todos os SAD cobrem as necessidades existentes de apoio ao fim de semana;

Todos os idosos que preenchem as condições, recebem informação e apoio à candidatura ao CSI

##### **3.2.2. – Diminuir o isolamento dos idosos e promover uma vida activa**

#### **Metas**

Banco Local de Voluntariado a funcionar;

As estruturas de apoio a idosos autónomos, desenvolvem projectos atractivos e diversificados

##### **3.2.3. - Qualificar as condições habitacionais com vista a prolongar a autonomia dos idosos**

#### **Metas**

Intervenções de melhoria em 30% dos pedidos de intervenção em habitações de idosos ou dependentes

### **Objectivo Geral 3.3.**

## **INTEGRAR AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS OU INCAPACIDADE**

### **Objectivos específicos**

**3.3.1. – Adequar as escolas às necessidades previstas em termos de adaptação física e recursos humanos / técnicos para a integração de crianças com NEE diagnosticadas**

#### **Meta**

Ter o Centro de Recursos a funcionar para todas as crianças diagnosticadas com NEE na área da deficiência mental;

Ter actualizado anualmente o levantamento de alunos com NEE a entrar no 1º ciclo

**3.3.2. - Melhorar o desenvolvimento global da criança 0-6 anos com deficiência ou em situação de risco de desenvolvimento**

#### **Meta**

Todas as crianças 0-6 anos sinalizadas à equipe local, são alvo de intervenção

**3.3.3. - Promover a inserção profissional das pessoas com deficiência ou incapacidade**

#### **Meta**

Criar 5 novos Enclaves nas organizações concelhias

**3.3.4 – Promover o trabalho realizado pelas pessoas com deficiência ou incapacidade, em contexto ocupacional**

#### **Meta**

Todas as organizações da Rede Social têm conhecimento dos serviços que podem comprar a entidades que ocupam pessoas com deficiência

### **Objectivo Geral 3. 4.**

#### **APOIAR A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES**

##### **Objectivos específicos**

**3.4.1.** – Facilitar a informação aos imigrantes em matérias relacionadas com a sua permanência no país e no concelho

##### **Meta**

Ter o CLAI em funcionamento no início de 2009

**3.4.2.** – Integrar no sistema escolar, as crianças e jovens recém chegados ao país

##### **Metas**

Todas as crianças e jovens até aos 15 anos, recém chegadas ao país, estão integradas no sistema escolar até 3 meses após a sua chegada;

Todas as crianças e jovens até aos 15 anos, recém chegadas ao país e que não dominam a língua portuguesa, têm possibilidade de iniciar a aprendizagem do português desde a sua chegada até à entrada na escola

### **Objectivo Geral 3.5.**

#### **CRIAR RESPOSTAS PARA AS PESSOAS SEM ABRIGO**

##### **Objectivos específicos**

**3.5.1.** – Minimizar os riscos pessoais das pessoas sem abrigo

##### **Meta**

Existência de uma equipe que incentiva as pessoas sem abrigo a utilizar os recursos existentes em termos de higiene, alimentação, saúde e integração social

**3.5.2.** – Minimizar os riscos de saúde pública para a comunidade, devido às condições de vivência das pessoas sem abrigo

**Meta**

Manter limpos os espaços onde vivem as pessoas sem abrigo

**Objectivo Geral 3.6.**

**QUALIFICAR AS RESPOSTAS A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**Objectivos específicos**

**3.6.1.** – Aumentar e qualificar o atendimento e acompanhamento de vítimas de violência doméstica

**Meta**

Aumentar em 100% o nº de atendimentos a vítimas, em novas instalações

**3.6.2.** – Implementar um programa psicoeducacional junto dos agressores de violência doméstica

**Meta**

Abranger todos os agressores encaminhados pelo Ministério Público

**Objectivo Geral 3.7.**

**QUALIFICAR A VIDA DOS DOENTES MENTAIS**

**Objectivos específicos**

**3.7.1** – Promover a autonomia dos doentes mentais e apoiar as suas famílias

**Metas**

Criar uma rede de apoio domiciliário específico para doentes mentais com vista à sua autonomia;

Desenvolver uma formação para familiares de doentes mentais;

Criar um grupo de ajuda mútua de familiares dos doentes mentais

**3.7.2** – Intervir de forma integrada nas situações de duplo diagnóstico

**Meta**

Montar um sistema inter-institucional de avaliação do doente e intervenção integrada nas situações

**3.7.3** – Facilitar a actuação em situações de emergência por parte dos técnicos e familiares de doentes mentais

**Meta**

Ter acessível a técnicos e população em geral informação sobre como actuar em situações de crise ou detecção de doença mental

## **EIXO 4 – PREVENÇÃO**

### **Objectivo Geral 4.1.**

#### **PREVENIR O ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOACTIVAS**

#### **Objectivos específicos**

**4.1.1** – Desenvolver acções de sensibilização e informação com a comunidade escolar

**Metas**

A partir de 2009, em todas as escolas é desenvolvida anualmente pelo menos 1 acção de prevenção específica;

Alargar os Ponto de Escuta a todas as escolas do 3ª ciclo e secundárias

**4.1.2** – Desenvolver uma prevenção integrada junto de crianças e jovens

**Meta**

Ter um Plano Municipal de Prevenção das dependências que oriente, enquadre e articule as intervenções concelhias

## **Objectivo Geral 4.2.**

### **PREVENIR COMPORTAMENTOS DE RISCO NA SEXUALIDADE**

#### **Objectivos específicos**

**4.2.1** – Desenvolver acções de prevenção de infecções transmitidas sexualmente

##### **Meta**

Abranger em especial os jovens e a população idosa em acções de sensibilização e informação sobre infecções transmitidas sexualmente

**4.2.2** – Prevenir a gravidez precoce

##### **Meta**

Todos os jovens estarem informados e terem a possibilidade de recorrer a contraceptivos

## **Objectivo Geral 4.3.**

### **PREVENIR A VIOLÊNCIA**

#### **Objectivos específicos**

**4.3.1** – Prevenir a violência nas escolas

##### **Meta**

Ter caracterizada a problemática da violência nas escolas e definidas acções de prevenção de forma integrada e articulada

**4.3.2** - Prevenir a violência doméstica contra as crianças

##### **Metas**

Abranger em acções de sensibilização/formação, 300 profissionais que trabalham com crianças e jovens;

Edição e divulgação de um Manual sobre Violência contra Crianças e Jovens

#### 4.3.3 – Prevenir a violência doméstica contra pessoas idosas

##### **Meta**

Ter caracterizada a problemática da violência doméstica contra pessoas idosas e definidas acções de prevenção de forma integrada e articulada

#### 4.3.4 - Prevenir a violência conjugal

##### **Meta**

Abranger jovens de 50% dos agrupamentos escolares em acções de sensibilização sobre relações sociais de género, nomeadamente no que se refere a violência doméstica e no contexto de namoro

## V - AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

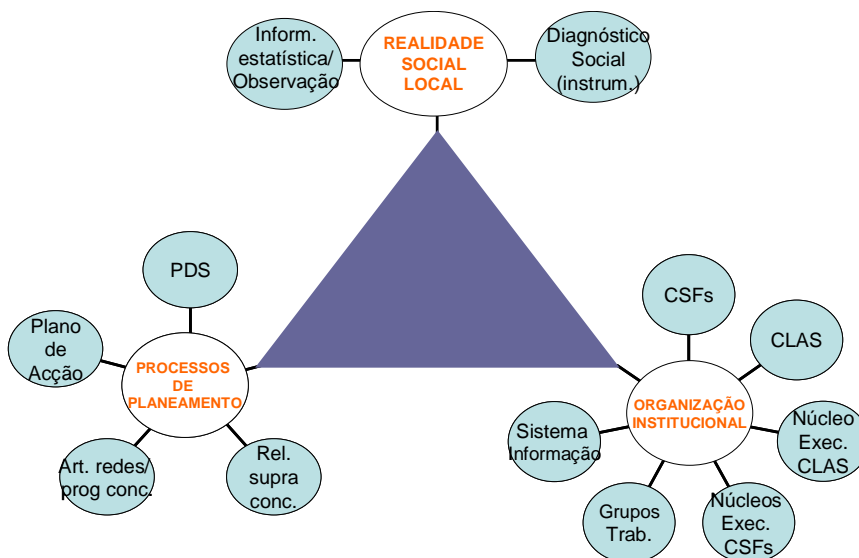
A avaliação do PDS insere-se num processo mais alargado de avaliação da implementação da Rede Social no concelho de Cascais, que tem como objectivos:

- Verificar o impacto da Rede Social na realidade social concelhia
- Analisar a performance da Rede Social
- Ajudar a re-planear e qualificar a intervenção

Com esta avaliação, pretende-se, de uma forma participativa e através do diálogo entre diversas visões e interesses dos sujeitos envolvidos, gerar informações e conhecimentos que aumentem a eficácia, a qualidade e a eficiência da intervenção concelhia, tendo em conta 3 dimensões de análise:

- A realidade social concelhia
- A organização institucional
- Os processos de planeamento e implementação das acções

Cada uma destas dimensões, está ainda dividida em várias sub-dimensões, sobre as quais se considera importante centrar a reflexão, nomeadamente:



O **Sistema de Avaliação**, construído por um grupo de trabalho inter-institucional do CLAS, foi já apresentado ao CLAS em 2007 e encontra-se no **ANEXO 2**.



Está elaborado em forma de um guião, consistindo basicamente na formulação de perguntas de avaliação a respeito de cada uma das sub-dimensões de análise e uma listagem dos indicadores e variáveis associados a essas perguntas.

Este instrumento pretende ser facilitador do desenvolvimento de alguns aspectos da organização da Rede Social em Cascais, a utilizar pelos diversos grupos de agentes envolvidos, nos momentos de planeamento e avaliação conjunta.

Denominamo-lo como um guião orientador pois é bastante extenso, e a complexidade da informação inerente não é fácil de recolher e trabalhar. Pressupõe uma cultura de registo de informação e uma organização da própria Rede Social que ainda não corresponde à nossa realidade.

No entanto, aponta o caminho a percorrer e o que, na medida do possível, se deseja aprofundar no processo de avaliação.

As fichas de projecto, fichas de reunião, fichas de grupo de trabalho, etc, são exemplos de instrumentos comuns que poderão ajudar a desenvolver essa cultura de registo. A sua adequada utilização, envio ao Núcleo Executivo e tratamento da informação respectiva, poderá resultar em informação qualitativa que de outra forma seria difícil de sistematizar.

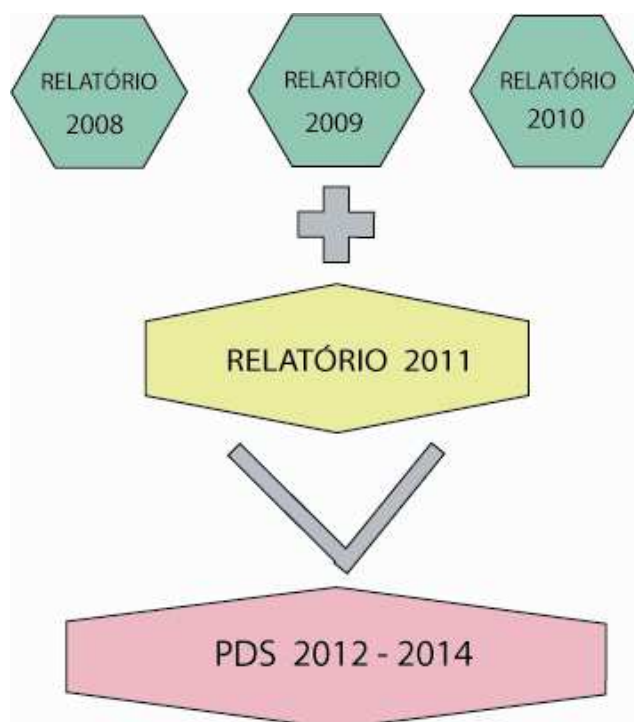
A **monitorização do PDS**, realizada com base numa bateria de indicadores relacionados com os objectivos e metas nele definidos e listados no *ANEXO 1*, vai incorporando os resultados dos Planos de Acção anuais.

Estes indicadores, sendo essencialmente indicadores de execução, têm os seus limites, mas espera-se que sejam compensados por discussões com as várias pessoas e organizações envolvidas e pela utilização de outras fontes de informação que permitam ampliar a compreensão, em especial sobre os factores facilitadores e bloqueadores da intervenção e as possibilidades de inovação nas práticas.

Tendo como fontes de informação privilegiadas, as entidades responsáveis pelas acções dos Planos de Acção anuais e das restantes intervenções

complementares, cabe ao Núcleo Executivo a recolha e tratamento dessa informação, sua devolução ao CLAS e incorporação de resultados no processo de avaliação.

Os processos de avaliação e de monitorização deverão ter como produtos um conjunto de documentos de carácter técnico, entre os quais se destacam os relatórios anuais, baseados essencialmente nos Planos de Acção e um relatório final que corresponderá à vigência do PDS e aos 4 Planos de acção, com recomendações a ter em conta para a elaboração do PDS seguinte.



# **ANEXOS**

## ANEXO 1

### INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO DO PDS

Obj	INDICADOR	Fontes
Geral	Grau de execução dos Planos de Acção (% de acções realizadas)	Responsáveis pelas acções do PA
	Grau de realização das metas previstas (% de metas atingidas)	Membros da Rede Social
1.1.1	% dos membros responsáveis dos projectos/acções do PA que utilizam os instrumentos comuns	Responsáveis pelas acções do PA
1.1.2.	% entidades que participam na alimentação do SMA	N.Exec/Secretariado
	% de projectos / acções do PA com informação disponível para a alimentação do SMA	N.Exec/Secretariado
1.1.3.	Nº de dirigentes participantes em formações de gestão e cultura organizacional	N.Exec/Secretariado
	Nº de acções de formação desenvolvidas e respectiva carga horária	N.Exec/Secretariado
	Grau de satisfação dos participantes nas formações	N.Exec/Secretariado
1.1.4.	Nº de agentes sociais/entidades que utilizam os procedimentos do Atendimento Integrado	CMC/GCPL
	Nº de processos em que se utilizou a metodologia do Atendimento Integrado	CMC/GCPL
1.2.1.	Nº de visitas / visitantes ao site da Rede Social	N.Exec/Secretariado
	Grau de actualização do site da Rede Social no final de cada trimestre	N.Exec/Secretariado
	Nº de Newsletters enviadas	N.Exec/Secretariado
	Grau de satisfação dos utilizadores do site	N.Exec/Secretariado
	Nº de entidades que contribuíram com informação para o site e Newsletter	N.Exec/Secretariado
	Grau de satisfação com a informação partilhada, por parte dos presentes nas reuniões e encontros dos membros do CLAS	N.Exec/Secretariado
1.2.2.	Nº de visitas/visitantes aos sites: Cascais Emprego, CPD e outros que venham a ser criados	CMC/DESS
	Grau de satisfação dos utilizadores dos sites: Cascais Emprego, CPD e outros que venham a ser criados	CMC/DESS
	Nº de utilizadores dos postos de acesso gratuito à Internet	em levantamento

	Nº de entidades que divulgam os postos de acesso à Internet e sites relevantes	Membros da Rede S.
1.3.1.	Nº de estudos realizados sobre impacto do género numa área específica	CMC/GRIG
	Nº de entidades envolvidas na realização dos estudos sobre impacto do género em áreas específicas	CMC/GRIG
1.3.2.	Data de apresentação do Plano para a Igualdade de Género	CMC/GRIG
	Nº de entidades envolvidas na elaboração do Plano para a Igualdade de Género	CMC/GRIG
	Nº de entidades envolvidas na implementação do Plano para a Igualdade de Género	CMC/GRIG
1.3.3.	Nº de projectos que integram claramente a dimensão de género	N.Exec/Secretariado
	% de instrumentos analisados que incluem a dimensão de género	N.Exec/Secretariado
1.3.4.	Nº de Projectos analisados na perspectiva do género	N.Exec/Secretariado
	Nº de projectos que incorporaram a dimensão de género	N.Exec/Secretariado
1.3.5.	Nº de técnicos participantes em acções de formação sobre Igualdade de Género	CMC/GRIG
	Nº de sessões de formação/sensibilização efectuadas sobre Igualdade de Género	CMC/GRIG
1.4.1.	% de Projectos / acções do PA em que foi planeada a participação dos destinatários	Responsáveis pelas acções do PA
	% de Projectos / acções do PA em que houve uma participação efectiva	Responsáveis pelas acções do PA
	Grau de representatividade dos destinatários nos Projectos / acções do PA nos momentos de participação	Responsáveis pelas acções do PA
2.1.1.	Nº de equipamentos ampliados ou substituídos e % relativamente aos referenciados na Carta Social com esta necessidade	CMC/DESS
2.1.2.	Nº de equipamentos requalificados, por tipo de requalificação e % relativamente aos referenciados na Carta Social com esta necessidade	CMC/DESS
2.2.1/2/3.	Nº de equipamentos criados, por valência e capacidade	CMC/DESS + ISS
3.1.1.	% de beneficiários RSI, com acordo de inserção, que cumprem o acordo, nas 3 modalidades de acompanhamentos: Geral, Equipes especializadas, Equipas que utilizam a metodologia do Atend. Integrado	ISS
	Tempo que medeia entre o pedido de RSI e o acordo de inserção, nas 3 modalidades de acompanhamentos: Geral, Equipes especializadas, Equipas que utilizam a metodologia do Atend. Integrado	ISS
3.1.2.	Frequência e duração dos apoios, por família e por tipo de apoio, por organização	Entid. de apoio social

	% de organizações que apoiam com alimentos e/ou outros géneros e/ou apoios financeiros pontuais, que seguem critérios que têm em vista a autonomia dos beneficiários	CMC/DESS
3.1.3.	% de postos de apoio ao emprego que utilizam os instrumentos comuns	CMC/DESS
	Nº de oportunidades de emprego divulgadas pela rede	CMC/DESS
	Nº de desempregados que utilizam os recursos da rede	CMC/DESS
	Nº de desempregados abrangidos por medidas de apoio específicas para pessoas em situação de carência económica e social, disfunção e marginalização	CMC/DESS + IEFP
3.1.4.	Nº de agregados abrangidos pela HCC e pelo PROHABITA	CMC/GCPL
	Data de conclusão do PER	CMC/DIST
	Existência de um Plano de Habitação	CMC/GCPL
	Nº e tipo de entidades que participaram na elaboração do Plano de Habitação	CMC/GCPL
3.1.5.	Nº e % de famílias abrangidas por programas de protecção, abrangidas pelo Programa de Intervenção com famílias de crianças e jovens	ISS
	Nº de alunos com 15 ou menos anos que abandonaram o sistema de ensino, por idade e ano de escolaridade	CMC/DEJ
3.2.1.	Nº de vagas criadas e Taxa de cobertura em lar e SAD	CMC/DESS + ISS
	Nº de candidaturas e nº de idosos a receber CSI	ISS
	Nº de lugares criados no âmbito da RNCCI	ISS + C.Saúde
	Nº de pessoas apoiadas pela RNCCI	ISS + C.Saúde
3.2.2.	Nº de vagas criadas em C. Dia Taxa de cobertura de C. Dia e C. Convívio	CMC/DESS + ISS
	Nº de Voluntários a colaborar com instituições de apoio a idosos ou dependentes	CMC/DESS
3.2.3.	Nº e tipo das intervenções em habitações de idosos	CMC/DESS
3.3.1.	Nº de crianças com NEE, com apoio especializado, por tipologia de necessidades	CERCICA + CMC/DEJ
	Nº de escolas com crianças com NEE com e sem os apoios necessários, por tipo de apoio	CERCICA + CMC/DEJ
3.3.2.	% de crianças 0-6 anos, sinalizadas como crianças com deficiência ou em situação de risco de desenvolvimento, alvo de intervenção integrada	Cercica
3.3.3.	Nº de novos Enclaves	IEFP
	Nº de postos de trabalho criados em Enclave	IEFP
3.3.4.	Nº de entidades sem fins lucrativos que vendem serviços	CPD

	Nº de entidades que compram serviços a organizações da Rede Social de apoio a pessoas com deficiência	CPD
	Nº de pessoas com deficiência envolvidas na venda de serviços ou produtos a partir dos canais criados pelas organizações concelhias	CPD
3.4.1.	Data de abertura do CLAI	CMC/DESS
	Afluência ao CLAI por tipo de pedido	CMC/DESS
	Afluência ao CLAI por naturalidade do utente	CMC/DESS
3.4.2.	Nº de novos imigrantes até aos 15 anos por tempo de espera até à integração na escola	SEF + CMC/DIST
	% de novos imigrantes até aos 15 anos que não dominam o português	SEF + CMC/DIST
	Nº de vagas criadas para aprendizagem do português por grupo-alvo	a definir
3.5.1.	Nº de pessoas sem abrigo sinalizadas no concelho	a definir
	Nº de pessoas sem abrigo abordados pela equipe de rua	a definir
	Nº de pessoas sem abrigo que recorrem aos recursos existentes em termos de higiene, alimentação, saúde e integração social	a definir
3.5.2.	Nº de casos de sem abrigo, sinalizados por risco de saúde pública	Aut.saúde + CMC/DESS
	Nº e tipo de intervenções efectuadas, por razões de saúde pública, na sequência de sinalizações de pessoas sem abrigo	Aut.saúde + CMC/DESS
3.6.1.	Nº de atendimentos e nº de pessoas acompanhadas no Espaço V	CMC/GRIG
	Grau de satisfação dos(as) utentes com a resposta do Espaço V	CMC/GRIG
3.6.2.	Nº de agressores abrangidos pelo programa específicos face ao nº de agressores encaminhados pelo Ministério Público	DGRS
3.7.1.	Nº de vagas criadas em unidades residenciais para doentes mentais	ISS
	Nº de doentes mentais abrangidos pelo SAD	Entidades com SAD
	Nº de familiares abrangidos em formação	ARIA
	Nº de familiares membros de um grupo de ajuda mútua	a definir
3.7.2.	Nº de instituições envolvidas na montagem do sistema integrado de avaliação e intervenção com doentes mentais	a definir
	Data de implementação do sistema integrado de avaliação e intervenção com doentes mentais	a definir

3.7.3.	Grau de utilidade e abrangência da informação divulgada sobre actuação em situações de crise ou detecção de doença mental	ARIA
4.1.1.	Nº e tipo de acções de prevenção do abuso de substâncias psicoactivas desenvolvidas junto da comunidade escolar	CMC/GTOX
	Nº e tipo de destinatários envolvidos nas acções de prevenção do abuso de substâncias psicoactivas	CMC/GTOX
	% de escolas do 3ª ciclo e secundárias cobertas com Ponto de Escuta	CMC/GTOX
4.1.2.	Existência e Grau de execução do Plano Municipal de Prevenção das dependências	CMC/GTOX
	% de acções de prevenção das dependências integradas no Plano Municipal	CMC/GTOX
4.2.1.	Nº e tipo de acções de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, por público-alvo	GADS + C.Saúde
4.2.2.	Taxa de casos gravidez precoce de entre jovens utilizadores dos serviços de planeamento familiar	GADS + C.Saúde
4.3.1.	% de escolas que participaram no estudo sobre violência nas escolas	a definir
	Existência de um diagnóstico e Plano de Acção específico sobre violência nas escolas	a definir
4.3.2.	Nº de profissionais abrangidos em acções de sensibilização e formação sobre violência doméstica contra as crianças	CMC/GRIG
	Grau de satisfação com as acções sobre violência doméstica contra as crianças	CMC/GRIG
4.3.3.	Existência de um diagnóstico sobre violência doméstica contra pessoas idosas e Plano de Acção específico	CMC/GRIG
4.3.4.	Nº e tipo de acções desenvolvidas sobre prevenção da violência conjugal	CMC/GRIG
	Nº de escolas envolvidas em acções de sensibilização sobre relações sociais de género	CMC/GRIG



## SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA REDE SOCIAL DE CASCAIS



## SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA REDE SOCIAL

### - GUIÃO ORIENTADOR DA REDE SOCIAL -

1

### ENQUADRAMENTO

A Rede Social de Cascais foi criada em 2001

A preocupação inicial foi o envolvimento do maior número possível de agentes

- . no processo de implementação da Rede Social
- . na construção de um diagnóstico comum e partilhado sobre os problemas sociais do concelho e elaboração do PDS
- . na procura de soluções alternativas para a resolução de alguns dos problemas identificados.

Numa segunda fase, a iniciar em 2007, para além de dar continuidade ao processo anterior, temos ainda como desafios:

- . o melhoramento dos instrumentos de planeamento da intervenção conjunta
- . a implementação de um sistema de sistematização da informação produzida
- . a avaliação do processo de desenvolvimento da Rede Social

É neste contexto que surge o presente Sistema de Monitorização e Avaliação, o qual poderá apoiar o desenvolvimento de alguns aspectos da organização da Rede Social em Cascais e facilitar a incorporação, nos agentes envolvidos, dos princípios que lhe estão subjacentes.

Este Sistema deverá ser entendido como um guião, nos momentos de planeamento e avaliação conjunta, podendo vir a ser melhorado com os contributos dos diversos parceiros.

3

## OBJECTIVOS DA AVALIAÇÃO

### **Ajudar a planear e qualificar a intervenção**

Gerar informações e conhecimentos de suporte às decisões que contribuam para aumentar a eficácia, a qualidade e a eficiência da intervenção local, e promover a reflexão sobre a intervenção existente, assim como apoiar a organização e condução da Rede Social

### **Analisar a Performance da Rede Social**

Verificar em que medida a implementação / funcionamento da Rede Social decorreu conforme o previsto, nomeadamente no que respeita ao processo de planeamento integrado do desenvolvimento social concelhio, ao envolvimento dos actores locais no trabalho em rede, à optimização dos recursos existentes e ao desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem promotora da mudança organizacional e cultural dos actores envolvidos

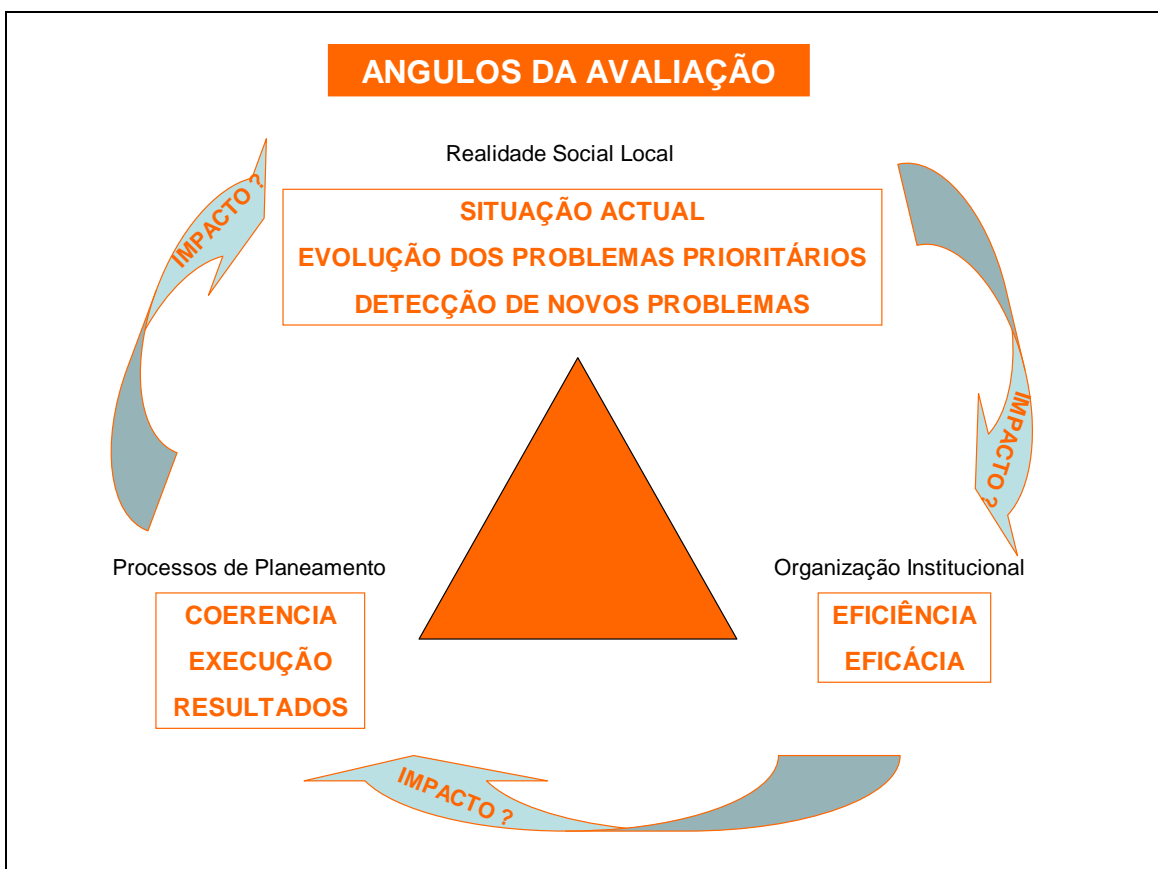
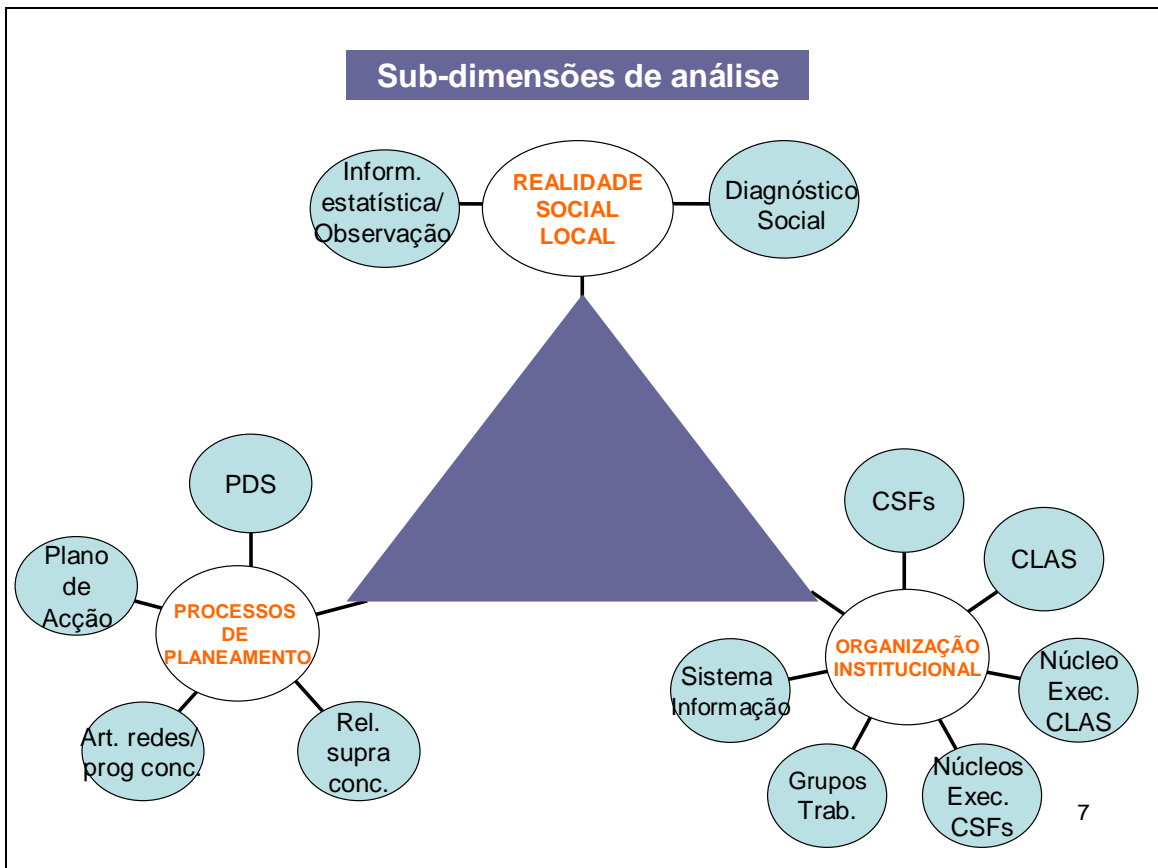
### **Verificar o impacto da Rede Social na realidade social concelhia**

Proceder a uma comparação entre a situação actual e a situação de partida (avaliação anterior) e avaliar em que medida os objectivos de impacte assinalados no PDS foram atingidos, nomeadamente no que respeita à evolução dos problemas prioritários e suas causalidades

4

## DIMENSÕES DE ANÁLISE





## I - REALIDADE SOCIAL LOCAL

### Perguntas da avaliação

#### a - Informação estatística / Observação

- Qual o actual “estado social” do concelho?
- Como evoluiu cada um dos problemas prioritários definidos no PDS?
- Que novos problemas foram detectados?


#### b - Diagnóstico Social

- O DS identifica as necessidades locais?
- O DS identifica quais os problemas prioritários e suas causalidades?
- O DS identifica os recursos locais?
- O DS identifica as potencialidades locais?
- O DS aponta os constrangimentos locais?
- O DS tem em conta as questões do género?
- O DS foi construído de forma participada e recorrendo a diversos tipos de fontes?
- O DS engloba outros diagnósticos sectoriais ou (micro)territoriais existentes?
- O DS é sujeito a actualizações periódicas?
- Os diversos actores sociais identificam-se com o DS elaborado?
- Os diversos actores sociais utilizam o DS?

9

## I - REALIDADE SOCIAL LOCAL

### Indicadores

1. Indicadores Sociais definidos – ver áreas 
2. Evolução dos indicadores relacionados com os problemas prioritários e suas causalidades
3. Problemas apresentados nas CSF e CLAS
4. Clareza do DS relativamente a: necessidades, problemas prioritários, recursos, potencialidades e constrangimentos locais
5. Actualidade do DS face aos dados e informações disponíveis
6. Grau de conhecimento e concordância por parte dos parceiros da Rede Social relativamente ao DS
7. Tipos de utilização do DS por parte dos parceiros

10

## I - REALIDADE SOCIAL LOCAL

### Variáveis

1. Ver bateria de Indicadores Sociais (listagem em anexo)
2. Alterações nos Indicadores Sociais relacionados com os problemas prioritários e suas causas
3. Nº , dimensão e tipo de novos problemas apresentados nas CSF e CLAS
4. No DS, a identificação de: necessidades, problemas prioritários e suas causalidades, recursos, potencialidades, constrangimentos locais e o reflexo no género, é OMISSO, DILUIDO ou CLARO;
5. Tempo decorrido desde a última actualização do DS; Grau de englobamento no DS de informação existente em cada organismo das áreas da Protecção Social, Saúde, Emprego e Educação, relativa a recursos existentes: COMPLETO, PARCIAL, NULO; % de “novos problemas”, apresentados no CLAS ou CSF, que foram ponderados na actualização do DS
6. % de entidades da Rede Social que conhece o DS; % de entidades da Rede Social que participou na elaboração/actualização do DS; % de entidades da Rede Social que considera que o DS reflecte a parcela que conhece da realidade concelhia;
7. % de entidades da Rede Social que utiliza o DS para fundamentar novas intervenções ou propostas; % de entidades da Rede Social que utiliza o DS no planeamento da sua intervenção

11

### Áreas de Indicadores Sociais



12

## II - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Perguntas da avaliação

#### a - Comissões Sociais de Freguesia (CSF)

- Os membros activos das CSF representam a variedade de organizações locais que actuam na perspectiva do desenvolvimento social da freguesia?
- A sua constituição variou ao longo do tempo – houve adesão de novos membros ou desmobilização de alguns?
- As CSF sinalizam as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na freguesia?
- As CSF definem propostas de actuação para as situações de pobreza e exclusão social assinaladas, a partir dos seus recursos, ou encaminham para o CLAS os problemas ou propostas de solução que ultrapassam o seu âmbito?
- Os projectos / actuações definidos pelas CSF são objecto de um processo de planeamento e avaliação?
- O trabalho da própria CSF é objecto de um processo de planeamento e avaliação?
- Os membros das CSF partilham, de forma sistematizada, informação sobre os seus projectos e intervenções (em curso ou programadas)?
- As CSF promovem e garantem que o planeamento de novos projectos e intervenções, conjuntas ou dos seus membros :
  - se baseiam no Diagnóstico Social
  - respeitam o PDS
  - têm em conta os princípios orientadores da Rede Social?
- A CSF e os seus membros utilizam o sistema de comunicação da Rede Social e os instrumentos de trabalho comuns à Rede?
- As CSF recebem informação dos assuntos tratados no CLAS e das suas decisões?
- Os membros das CSF sentem-se devidamente representados no CLAS?
- Os membros das CSF sentem-se satisfeitos com o seu funcionamento e os resultados alcançados pela CSF?

## II - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Perguntas da avaliação

#### b - Conselho Local de Acção Social (CLAS)

- Os membros activos do CLAS representam a variedade de organizações locais que actuam na perspectiva do desenvolvimento social do concelho?
- A sua constituição variou ao longo do tempo – houve adesão de novos membros ou desmobilização de alguns?
- O CLAS tem um conhecimento sistematizado das intervenções sociais em curso ou programadas, assim como de protocolos e acordos celebrados no concelho?
- O CLAS promove e garante a actualização do Diagnóstico Social, de forma participada?
- O CLAS promove e garante a revisão do PDS, de forma participada , a sua difusão e avaliação periódica?
- O CLAS acompanha e avalia o Plano de Acção anual aprovado?
- O CLAS acompanha a evolução das acções/ grupos de trabalho por si definidos?
- Os membros do CLAS utilizam o sistema de comunicação da Rede Social e os instrumentos de trabalho comuns à Rede Social?
- O CLAS recebe informação sistematizada e periódica do trabalho das CSF?
- O CLAS garante que as CSF recebem a informação necessária e pertinente, sobre os assuntos tratados ou de que toma conhecimento?
- O CLAS aprecia as questões apresentadas pelos seus membros ou pelas CSF e procura solução para as mesmas ou encaminha para instâncias superiores os problemas e propostas de solução que ultrapassam o seu âmbito?
- As propostas de actuação e as acções desenvolvidas têm em conta os princípios orientadores da Rede Social?
- O CLAS garante que os resultados e produtos da Rede Social são divulgados e utilizados para um planeamento socio-económico alargado do concelho?
- Os membros do CLAS sentem-se satisfeitos com o seu funcionamento e os resultados alcançados pelo CLAS?

## II - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Perguntas da avaliação

#### c - Núcleo Executivo CLAS (NE)

- O NE assume a dinamização do funcionamento do CLAS?
- O NE garante o secretariado da Rede Social?
- O NE elabora uma proposta de Plano de Trabalho anual para si próprio e para o CLAS , monitoriza a sua execução e elabora relatórios de execução?
- O NE elabora a proposta do Plano de Acção anual da Rede, monitoriza a sua execução e elabora relatórios de execução?
- O NE elabora propostas de actualização do Diagnóstico social e do PDS?
- O NE promove a montagem / actualização do sistema de comunicação da Rede Social e dinamiza a sua utilização?
- O NE acompanha e apoia as CSF no seu funcionamento, facilitando a articulação entre estas e com o restante CLAS?
- O NE dinamiza os grupos de trabalho constituídos pelo CLAS garantindo metodologias de planeamento e avaliação no seu funcionamento e reportando ao CLAS a evolução e resultados dos mesmos?
- O NE promove e garante a utilização de metodologias de planeamento e avaliação em todas as acções desenvolvidas pela Rede Social?
- O NE detecta necessidades de formação por parte dos parceiros e promove acções de formação de acordo com necessidades existentes?
- Os pareceres que emite sobre candidaturas ou criação de serviços e equipamentos, têm em conta os princípios orientadores da Rede Social e fundamentam-se no Diagnóstico Social e PDS?
- Os membros do NE, do CLAS e das CSF sentem-se satisfeitos com o seu funcionamento e os resultados alcançados pelo NE?

17

## II - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Perguntas da avaliação

#### d - Núcleo Executivo CSF (NE-CSF)

- O NE-CSF assume a dinamização do funcionamento da CSF: convocatórias do plenário e agendamento de pontos por iniciativa própria, acompanhamento dos grupos de trabalho, elaboração de propostas para discussão na CSF, etc)?
- O NE-CSF assume a passagem de informação entre o CLAS e a CSF e vice-versa?
- O NE-CSF garante o secretariado da CSF?
- O NE-CSF elabora uma proposta de Plano de Trabalho anual da CSF, monitoriza a sua execução e elabora relatórios de execução?
- Os membros do NE-CSF e das CSF sentem-se satisfeitos com o seu funcionamento e os resultados alcançados pelo NE-CSF?

18

## II - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Perguntas da avaliação

#### e - Grupos de Trabalho (GP)

- Na constituição de GT é claro qual a sua missão e o prazo para a cumprir?
- Os GP reúnem as pessoas adequadas em número e variedade de forma a cumprir eficazmente a sua missão?
- Os GP implementam o planeamento e avaliação do seu trabalho de acordo com a missão que lhes foi atribuída?
- Os grupos de trabalhos formados pelas CSF ou pelo CLAS informam a restante CSF / CLAS sobre a evolução do seu trabalho (directamente ou através do respectivo NE)?
- Os resultados dos GP estão de acordo com a missão que lhes foi atribuída e dentro do prazo previsto?
- Os GP trabalham autonomamente ou estão dependentes de alguém que os dinamize (NE, 1 único elemento ou apoio externo)?

19

## II - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Perguntas da avaliação

#### f – Sistema de Informação (SI)

- O Sistema de Informação está construído de forma a que a informação circule entre parceiros e população em geral?
- Os procedimentos para a troca de informação são claros, nomeadamente no que respeita a quem, quando e como deverá disponibilizar que tipo de informação?
- O sistema informático utilizado é adequado às necessidade e recursos dos parceiros da Rede Social e das estruturas da Rede Social?
- O SI tem actualizado o conjunto de indicadores estatísticos que permitem o conhecimento da realidade social do concelho?
- O SI integra os programas e projectos do MTSS e outros de outros Ministérios responsáveis por áreas com intervenção relevante no concelho?
- A informação de interesse geral é disponibilizada de forma adequada e é acessível à população, nomeadamente a que respeita à situação social, recursos existentes e soluções em curso ou programadas?

20



## II - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Indicadores

8. Perfil das entidades participantes nos diversos órgãos e GPs
9. Variação das entidades participantes nos diversos órgãos e GPs ao longo do ano
10. Assuntos abordados nas reuniões e outros meios de comunicação dos diversos órgãos
11. Tipo de mecanismos para partilha e sistematização de informação
12. Propostas de actuação aprovadas no CLAS e CSF e encaminhadas superiormente por estes
13. Capacidade de planeamento e avaliação dos diversos grupos
14. Evidências da preocupação com os princípios orientadores da Rede Social na implementação das acções da Rede.
15. Utilização do Sistema de Informação
16. Satisfação das entidades relativamente ao funcionamento dos diversos órgãos e GPs

21

## II - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Variáveis

8. Nº de organizações públicas nos órgãos da RS, por área de actividade; Nº de instituições que desenvolvem respostas sociais com cooperação de organismos públicos, nos órgãos da RS, por valência; Nº de outras entidades sem fins lucrativos, nos órgãos da RS, por área de actuação; Nº de entidades com fins lucrativos, por área de actuação; Nº de pessoas individuais nos órgãos da RS, por tipo de contributo
9. Nº de entidades que aderiram à RS ao longo do ano por tipo de entidade (variáveis anteriores); Nº de entidades parceiras que, ao longo do ano, não participaram activamente na Rede Social, por tipo de entidade (variáveis anteriores)
10. Nº de problemas / situações graves de pobreza e exclusão social sinalizadas nas CSF e CLAS; Nº de propostas de actuação apresentadas nas CSF e CLAS; Nº de projectos e intervenções iniciadas e de protocolos e acordos celebrados durante o ano, cuja informação não foi partilhada no CLAS e CSF; % de participantes do CLAS que conhece as decisões e evolução do trabalho das CSF e vice-versa
11. Nº de reuniões dos órgãos e grupos de trabalho para partilha de informação e tomada de decisões; Nº de membros envolvidos nos órgão e grupos de trabalho; Tipos de suportes informativos e frequência da sua utilização; Qualidade dos registos de sistematização da informação
12. Nº de projectos ou acções aprovadas pelo CLAS ou CSF, por tipo de problema a que respondem; Nº e tipo de parceiro que deverão implementar os projectos ou acções aprovadas; Nº de questões e propostas encaminhadas superiormente, por tipo de problema a que respondem e entidade destinatária; % de pareceres positivos de candidaturas a programas nacionais ou comunitários

(Continua)

22

## II - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Variáveis

(Continuação)

13. % de acções e projectos que evidenciam um planeamento claro; % de acções e projectos que apresentam uma avaliação do seu trabalho; Grau de execução do plano de trabalho de cada órgão / grupo de trabalho
14. % de projectos e acções que apresentam evidências de cumprimento dos princípios orientadores da rede Social
15. % de entidades que utilizam o Sistema de Informação, por tipo de utilização: consulta, envio de informação; Grau de satisfação dos parceiros relativamente: à utilidade da informação disponível, adequabilidade dos suportes e veículos de informação; Grau de actualização da informação disponível face ao previsto; Grau de conhecimento por parte da população sobre a informação do seu interesse; Nº de visitantes do Portal; Média mensal de visitas ao Portal superiores a 1 minutos
16. % de entidades que se sente SATISFEITA / NÃO SATISFEITA / DESCONHECE relativamente a : funcionamento de cada órgão da rede Social, gestão e coordenação da Rede Social, articulação entre os vários órgãos, circulação e troca de informação, resultados alcançados pela Rede Social; % de pessoas envolvidas que se sentem SATISFEITAS / NÃO SATISFEITAS / DESCONHECEM: a dinâmica das reuniões, a gestão e coordenação do grupo em que estão envolvidas, o resultado alcançado pelo grupo

23

## III – PROCESSO DE PLANEAMENTO

### Perguntas da avaliação

#### a – Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

- O PDS baseia-se nas prioridades identificadas no DS?
- O PDS está estruturado a partir dos objectivos do PNAI?
- Na construção / revisão do PDS são ponderadas as prioridades nacionais definidas nos restantes planos estratégicos sectoriais?
- O PDS integra os programas e projectos do MTSS e outros de outros Ministérios responsáveis por áreas com intervenção relevante no concelho?
- O PDS determina os eixos, estratégias e objectivos da intervenção? O PDS promove a dimensão do género?
- O PDS é revisto em sincronia com o calendário da Estratégia Europeia?
- O PDS é elaborado / actualizado com a participação dos diversos actores sociais ?
- O PDS é elaborado em articulação com outros Planos concelhios?
- O PDS é ponderado na elaboração do PDM de Cascais?

24

### III – PROCESSO DE PLANEAMENTO

#### Perguntas da avaliação

#### b – Plano de Acção da Rede (PA)

- O PA permite operacionalizar os PDS?
- O PA reúne o conjunto de projectos ou acções a concretizar pelos parceiros no combate aos problemas prioritários?
- O PA é elaborado com a participação dos diversos actores sociais ?
- O PA integra os programas e projectos do MTSS e outros de outros Ministérios responsáveis por áreas com intervenção relevante no concelho?
- É claro quem é a entidade responsável por cada projecto ou acção e quais os eventuais parceiros?
- É claro quais são os objectivos e os resultados previstos de cada acção ou projecto?
- Está definido o prazo e eventual orçamento de cada acção ou projecto?
- Foram mobilizados recursos existentes de programas e projectos sectoriais, nacionais ou comunitários?
- Algumas das acções ou projectos do PA foram alvo de contratos (protocolos) de execução?
- As acções ou projectos do PA foram realizadas?
- As acções ou projectos do PA resultaram conforme previsto?
- Todos os parceiros desenvolveram as acções ou projectos que lhes competia?
- Quais foram as dificuldades encontradas na execução do PA?

25

### III – PROCESSO DE PLANEAMENTO

#### Perguntas da avaliação

#### c – Articulação com outras Redes / Programas Concelhios

- Estão identificadas as restantes Redes concelhias que intervêm ou influenciam o desenvolvimento social local?
- O CLAS integra representantes de outras redes concelhias com impacto no desenvolvimento social local?
- O CLAS / NE garante a articulação e troca de informação com outras Redes concelhias nomeadamente no que respeita a prioridades e intervenções ?

#### d – Relação com outras Redes / Instâncias supra concelhias

- O CLAS / NE garante a troca de informação com outras Redes Sociais?
- Estão identificadas outras Redes temáticas / sectoriais extra-concelhias que intervêm ou influenciam o desenvolvimento social no concelho?
- O CLAS / NE garante a articulação e troca de informação com essas Redes?
- O CLAS / NE é interveniente na ligação do concelho à Administração Central nos assuntos respeitantes ao desenvolvimento social?

26

### III – PROCESSO DE PLANEAMENTO

#### Indicadores

17. Clareza do PDS, nomeadamente em relação a prioridades de intervenção, estratégias e objectivos da intervenção social concelhia
18. Clareza do Plano de Acção nomeadamente em relação aos objectivos, responsáveis, recursos a utilizar, resultados esperados e prazos de cada acção ou projecto a desenvolver
19. Coerência do PDS com o DS
20. Coerência do Plano de Acção com o PDS
21. Convergência do PDS e PA com o PNAI e restantes prioridades nacionais nas áreas em questão
22. Explicitação das questões do género nos instrumentos de planeamento
23. Convergência da intervenção local com o PDS
24. Grau de participação na elaboração dos instrumentos de planeamento
25. Grau de execução e resultados do Plano de Acção
26. Capacidade de mobilização dos recursos locais, nacionais e europeus existentes
27. Tipo de parcerias estabelecidas para o desenvolvimento de projectos ou acções do PA
28. Tipo de articulação existentes com outras Redes e instrumentos de planeamento concelhio
29. Tipo de articulação com outras Redes extra concelhias
30. Papel do CLAS na ligação do concelho à Administração Central em assuntos respeitantes ao desenvolvimento social local

27

### III – PROCESSO DE PLANEAMENTO

#### Variáveis

17. A apresentação das prioridades de intervenção, estratégias e objectivos da intervenção social concelhia no PDS é: FACILMENTE PERCEPTIVEL / DIFUSA / OMISSA
18. A apresentação no PA de objectivos, responsáveis, recursos a utilizar, resultados esperados e prazos de cada acção ou projecto a desenvolver é: FACILMENTE PERCEPTIVEL / DIFUSA / OMISSA
19. A relação entre objectivos e estratégias no PDS e os problemas apresentados DS e suas causalidades é: DIRECTA / DIFUSA / INEXISTENTE ; A possibilidade de diminuir os problemas apresentados no DS através das estratégias apresentadas no PDS é: GRANDE / FRACA / NULA;
20. A relação entre os projectos / acções do PA e os objectivos e estratégias do PDS é: DIRECTA / DIFUSA / INEXISTENTE
21. % de objectivos do PDS que se enquadram nos objectivos do PNAI e restantes Planos sectoriais nacionais; % de projectos e acções do PA que se enquadram nas medidas do PNAI e restantes Planos sectoriais nacionais
22. % de instrumentos de planeamento (DS, PDS, PA, Projectos) onde a preocupação com as questões do género é: EXPLICITA / TÊNUE / OMISSA

(Continua)

28

### III – PROCESSO DE PLANEAMENTO

#### Variáveis

(Continuação)

23. Grau de conhecimento do PDS por parte dos técnicos envolvidos; Grau de integração do PDS no planeamento das entidades parceiras; % de pareceres do CLAS sobre projectos onde é explícita a relação com o PDS
24. Nº de entidades que participaram na discussão e elaboração do DS, PDS e PA
25. % de acções ou projectos do Plano de Acção que desenvolveram as actividades previstas; % de acções ou projectos do Plano de Acção que alcançaram os resultados previstos
26. Nº de entidades e membros envolvidos na execução do Plano de Acção; % de acções ou projectos desenvolvidos com apoio de programas nacionais ou comunitários face ao universo de programas disponíveis
27. Nº e composição das parcerias desenvolvidas para a implementação de projectos ou acções do PA; Grau de participação dos parceiros nos projectos / acções: SUPERIOR AO ESPERADO / IGUAL AO ESPERADO / INFERIOR AO ESPERADO
28. Grau de articulação com PDM, Agenda XXI, Plano Estratégico para o Turismo no concelho de Cascais,...; Grau de articulação com os Conselhos Municipal de Educação, Juventude, Segurança, ...
29. Nº de participações em acções nacionais da Rede Social; Nº e tipo de participações em acções “bilaterais” com outras Redes Sociais; Articulações com outras nacionais e transnacionais de que os parceiros sejam membros
30. Grau de influência do CLAS nas decisões da Administração Central que influenciam directamente o desenvolvimento social local

29

### METODOLOGIA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A dinamização do processo de monitorização e avaliação da Rede Social é da responsabilidade do NE, apoiado por técnicos responsáveis pela recolha e sistematização da informação necessária.

A metodologia de monitorização e avaliação baseia-se nos seguinte procedimentos:

- Alimentação da Bateria de Indicadores Sociais ➡
- Recolha e análise de documentação escrita ➡
- Aplicação de questionários às organizações, técnicos e munícipes ➡
- Utilização de Sensores ➡
- Realização de reuniões periódicas ➡
- Aprofundamento de Estudos de Caso ➡
- Elaboração de relatórios ➡

30

### **Bateria de Indicadores Sociais**

Recolha de dados relativos aos indicadores definidos para o diagnóstico da Realidade Social, recorrendo especialmente a fontes de informação oficiais.

A periodicidade da informação deverá ser em geral anual, ainda que no caso de alguns Indicadores Sociais possa ser decenal.

Quando não for possível encontrar dados adequados aos indicadores, serão utilizadas fontes de informação alternativas que permitam ilustrar a realidade em questão.

### **Recolha e organização de informação de documentação escrita**

Consulta e recolha regular de informação em suportes escritos produzidos no seio das actividades da Rede Social.

Criação de um sistema de registo de toda a informação recolhida, de forma a permitir relacionar os indicadores definidos e responder às questões da avaliação das diversas dimensões de análise.

31

### **Questionários**

Prevê-se a aplicação de questionários a responsáveis das organizações, a técnicos (anualmente) e municipais (para cada revisão do PDS), com a finalidade de aferir os impactes da intervenção da Rede Social, bem como o seu grau de conhecimento e satisfação face ao executado.

Relativamente à população, estes inquéritos por amostragem irão ainda recolher informação relativa a indicadores qualitativos ou cuja informação seja inexistente.

### **Sensores**

Este método permitirá recolher informação em qualquer momento, baseando-se em momentos (acções, reuniões, etc) ou informadores privilegiados (pessoas ou organizações que estão no centro da dinâmica da Rede Social).

A recolha poderá decorrer através de instrumentos próprios ou de conversas semi-directivas, de forma a avaliar os resultados alcançados face à estratégia implementada.

32

### Reuniões periódicas

Preparação e animação de reuniões (anuais ou sempre que se justifique) de balanço da execução do PDS, Plano de Acção e do trabalho em rede, numa lógica de aprofundamento dos factores facilitadores e bloqueadores dos processos e de transversalidade das diversas dimensões de análise da avaliação.

### Estudos de caso

Os casos estudados deverão permitir o aprofundamento de uma determinada experiência relevante (intervenção, projecto, dinâmica de grupo, etc), de forma a identificar situações, comportamentos, trajectórias ou soluções encontradas que deverão ser reproduzidas ou evitadas.

Dos estudos de caso, deverá resultar uma sistematização de “lições aprendidas” e a difusão de “boas práticas” anualmente.

### Relatórios

Elaboração de relatórios periódicos gerais (anualmente) e temáticos (quando se justifique), com base na análise da realidade através do tratamento da informação recolhida pelos indicadores e por outras metodologias de monitorização e avaliação.

33

## INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Entende-se como “instrumentos de avaliação” aqueles que são construídos para facilitar a recolha de informação pertinente à monitorização e avaliação, uniformizando, para todos os parceiros, alguns suportes onde a mesma será registada.

Serão utilizados os seguintes instrumentos:

- Ficha de Identificação de parceiros / Grupos
- Base de dados de Indicadores Sociais
- Ficha de registo de plenários (CLAS / CSF)
- Ficha de reunião (NEs, Grupos de trabalho)
- Ficha de contactos / reuniões fora da Rede Social
- Ficha de projecto / acção
- “Check list” para reuniões de programação / planeamento de projectos
- Fichas de avaliação de projecto / acção
- Ficha de registos de acompanhamento do Sistema de Informação
- Ficha de registo de informações pontuais
- Questionários a responsáveis de organizações
- Questionários a técnicos participantes nos Órgãos e Grupos da Rede
- Inquéritos à população
- ...

34

## CONTRIBUTOS ESPERADOS DOS PARCEIROS

- Utilização dos instrumentos de registo comuns, nas actividades dos órgãos/ grupos e envio de cópias para o Núcleo Executivo/ Portal:
  - fichas de constituição de grupos de trabalho/ intervenção
  - fichas de planeamento de projecto/ acção e respectivas alterações
  - fichas de avaliação de projecto/ acção
  - fichas/ actas de reuniões
  - ficha de informações pontuais (situações diagnósticas, novos recursos, contactos, ,,,)
- Utilização dos indicadores relativos à sua área de intervenção (cf. listagem de Indicadores Sociais)
- Nos momentos de planeamento, ter em conta os indicadores constantes neste guião
- Participação activa nos momentos de avaliação e na partilha de *considerações ongoing*

35



## ANEXO 3

### LISTAGEM DE DOCUMENTOS E FONTES COMPLEMENTARES

No site da Rede Social ( [www.redesocialcascais.net](http://www.redesocialcascais.net) ), na secção “Documentos”, encontra estas referências nas pastas a seguir indicadas:

- PDS de Cascais - 2004  
[Documentos de referência da Rede Social](#)
  
- Diagnóstico Social - 2004  
Link - [Estudos, Diagnósticos e Relatórios](#)
  
- Carta Social do Concelho de Cascais – CMC, 2007  
Link - [No site da CMC](#) (resumo)  
URL - [http://www.cm-cascais.pt/NR/rdonlyres/09326B4A-C867-4247-8EFB-BC812E22E6E1/4302/DOCUMENTOSNTESEDACARTASOCIALDOCONCELHODECASCAIS\\_re.pdf](http://www.cm-cascais.pt/NR/rdonlyres/09326B4A-C867-4247-8EFB-BC812E22E6E1/4302/DOCUMENTOSNTESEDACARTASOCIALDOCONCELHODECASCAIS_re.pdf)
  
- Carta Social – ISS, 2006  
Link - [Estudos, Diagnósticos e Relatórios](#)
  
- Estudo da População Imigrante  
Link - [Estudos, Diagnósticos e Relatórios](#)
  
- PNAI – Plano Nacional para a Inclusão  
Link - [Planos Estratégicos e Programas Nacionais](#)
  
- Dec-lei 115/06 – Rede Social  
Link - [Documentos de Referência da Rede Social](#)
  
- Site da Rede Social  
Link - [Entrada](#)

## ANEXO 4

### MEMBROS DO CLAS DE CASCAIS E DO PLENÁRIO DO CLAS

Repres. no Plenário	ENTIDADE
X	ABSAD - Bombeiros Voluntários da Parede
X	Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo Azevedo
X	Agrupamento de Escolas João de Deus
	Agrupamento Escolas de S. João do Estoril
	Agrupamento de Escolas de Cascais
	Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo
	AHBVA - Ass. Hum. Bombeiros Voluntários de Alcabideche
X	AMI - Centro Porta Amiga de Cascais
	Ass. Apoio Jovens Idosos e Def Motores - Obra de Sta Ana
X	Associação Beneficência Luso Alemã
	Associação Beneficência Manancial Águas Vivas
	Associação Jerónimo Usera
X	Associação Coração Amarelo de Cascais
X	Associação de Apoio Social Nº Srª Assunção
	Associação de Reabilitação e Integração Ajuda
X	Associação de Reformados e Idosos do Murtal
X	Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris
X	Ass. Humanitária dos Bombeiros Vol. Cascais
X	Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo
	Associação da Educação Popular do Zambujal
	Associação Idosos Santa Iria
X	Associação Juvenil Criativa
X	Associação Portuguesa de Apoio à Vitima
X	Associação Portuguesa de Deficientes - Cascais
X	Autoridade de Saúde Concelhia de Cascais
X	Câmara Municipal de Cascais
	Caritas Diocesana de Lisboa - Lar da Bafureira
X	Centro Comunitário da Paróquia da Parede
X	Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos
	Centro Comunitário de Tires
X	Centro de Saúde da Parede
X	Centro de Saúde de Cascais

X	Centro Hospitalar de Cascais
X	Centro Medicina de Reabilitação de Alcoitão
X	Centro Paroquial do Estoril
	Centro Social da Paróquia N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> Conceição da Abóboda
	Centro Social Nossa Senhora de Fátima
X	Centro Social Paroquial de S. Pedro e S. João Estoril
X	Centro Social Paroquial S. Domingos de Rana
X	CERCICA -Coop. Ed. Reabilitação Cidadãos Inadap. Cascais
	CIVITAS - Cascais/Oeiras - A.D.P.dos Direitos dos Cidadãos
	Clube das Gaivotas da Torre
	Clube Desportivo do Arneiro
X	CNAD - Coop Nac. Apoio a Deficientes - Del. Linha do Estoril
X	Conselheira para a Igualdade - CMC
X	Conselho Particular - Sociedade S. Vicente Paulo
X	CRESCERSER - APDMF - CAT - Casa da Encosta
X	Cruz Vermelha Portuguesa - Del. da Costa do Estoril
X	Dir. Geral Reinserção Social - Equipa de Lisboa - Penal 4
X	EMGHA - Emp. Gest. Parque Habitacional do Mun. de Cascais
	Escola Secundária da Cidadela
X	Fundação O Século
X	Fundação Port. Estudo, Prev. Trat. da Toxicodependência
	GNR - Posto de Alcabideche
	GRIFO - Assoc. Juvenil Costa do Sol
X	Grupo de Apoio e Desafio à Sida
	Grupo Desportivo Murtalense
	Horizonte - Coop de Solidariedade Social e de Ensino
X	Hospital São Francisco Xavier - Serv. Psiquiatria Adultos
	IDEIA - Inst. Desenv. Educativo Integrado na Acção
X	IDT - Equipa de Tratamento da Parede
X	IEFP - Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão
X	IEFP- Centro de Emprego de Cascais
	Irmãs Hosp. S. Cor. de Jesus - C. Psicog. N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> Fátima
X	ISS,IP - C. D. Seg. Social de Lisboa - Serv. Local Cascais
	ISS,IP - Centro Educação Infantil da Parede
	ISS,IP - Centro Eng <sup>o</sup> Álvaro de Sousa
	ISS,IP - Instituto da Sagrada Família - CAT Francisca Lindoso
X	Junta de Freguesia de Alcabideche

X	Junta de Freguesia de Carcavelos
X	Junta de Freguesia de Cascais
X	Junta de Freguesia de Parede
X	Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana
X	Junta de Freguesia do Estoril
	Lar Casa de Alapraia - APPACDM - Lisboa
	Lares da Boa Vontade (Lares Cheshire em Portugal)
	Lions Clube da Parede
	LPDM - Centro de Recursos Sociais
X	O Nosso Sonho - Coop. de Ensino e Solidariedade Social
X	PSP - Divisão de Cascais
X	Santa Casa da Misericórdia de Cascais
	Sociedade Recreativa Musical Carcavelos
	TorreGuia - Coop. Solidariedade Social

**MEMBROS PARTICIPANTES** (Sem direito a voto)

X	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cascais
X	Comissão para a Pessoa com Deficiência do Conc. de Cascais
X	Conselho Municipal de Segurança
X	Conselho Municipal de Educação de Cascais
X	Conselho Municipal para os Assuntos da Juventude
X	Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica